



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE



DECRETO Nº 3151/2014

Suplente: Juliano Correa da Silva Representantes do NICT	Fundação Nacional de Saúde - SU-EST/RO
---	--

**COMITÊ DE EXECUÇÃO**

Nome do Servidor	Representatividade
Titular: Osmarlei Sgamatti de Jesus Suplente: Edna Amorim de Souza Schutz	Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Ana Angélica Cidade da Silveira Suplente: Elaine Chaves Ferreira Teixeira	Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Tairone Mamedes Suplente: Liziane Miranda Gonçalves	Coordenadoria de Planejamento
Titular: Dionildo Kull Suplente: Américo Raimundo Pocai Mendes	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Titular: Adailton Francisco Suplente: Lendina Schwanz	Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Cultura
Titular: Laeni Coutinho de Souza Suplente: Nisete do Valle	Agente Comunitário de Saúde
Titular: Felipe Agostín Galleguillos Rico Suplente: Adalberto Mesquita Coelho	Vigilância Sanitária e Endemia
Titular: Paulo Sérgio R. de Paula Suplente: Gilvane Luz da Hora Melo.	Secretaria Municipal de Educação
Titular: Adriano Meireles da Paz	Câmara Municipal – Vereador
Titular: Ricardo Mariano Suplente: Natalia Cristina B. Martins Ferreira	UNESC - Acadêmicos – Engenharia Ambiental – 9º período.
Titular: Francisca Rodrigues Lara	ASILO- São Vicente de Paula
Titular: Edson Severino de Freitas Suplente: Nilton Cabral de Oliveira	CAERD – Comp. de Água e Esgoto de Rondônia
Titular: Alisson Jordão Suplente: Ildo Stora Neto	Representante da ECP –Soluções em Serviços Gerais-ME

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os Decretos nº 3126, de 01 de julho de 2014 e nº 3149, de 28 de julho de 2014.

Espigão do Oeste, 11 de agosto de 2014.

  
CÉLIO RENATO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

pág. 2



## 1.2 Equipe Técnica da E.C.P. Soluções em Serviços Gerais

- a) Msc. Edmundo Machado Neto – Engenheiro Agrônomo, Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.
- b) Ildo Storer Neto – Engenheiro Civil, Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental.
- c) Permínio de Castro da Costa Neto – Engenheiro Civil
- d) Robinson Borges – Engenheiro Sanitarista
- e) Walleson Jordão - Engenheiro Ambiental
- f) Selma Cristina Oliveira – Pedagoga
- g) Daurisson de Souza Santos – Cadista

## 2. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) foi instituído como instrumento mais avançado de implementação das políticas municipais de Saneamento Básico, as quais, no seu conjunto, compõem a Política Nacional de Saneamento Básico. A Lei Federal nº 11.445 (BRASIL, 2007) estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Além de estabelecer princípios para a prestação dos serviços de saneamento básico, abrangendo os aspectos econômicos, sociais e técnicos, também institui a participação e o controle social, definido como sendo: “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”.

Neste contexto, para implementação do PMSB, foi desenvolvida uma metodologia esculpida no Termo de Referência da FUNASA que, elege a participação da sociedade civil com seus atores locais de cada município, de forma que o elo gerado resulte em importantes estratégias de validação e construção coletiva e participativa deste plano. E, para tanto, o planejamento participativo torna-se fundamental no processo de construção do plano municipal de saneamento básico. Nessa mesma linha, os PMSB’S passaram a conter dois importantes componentes, a saber: a mobilização social e as questões de engenharia.

Por meio da mobilização democrática podem-se abrir vias para o conhecimento das demandas sociais da sociedade, por parte da população, e buscar soluções a serem perseguidas, que deem conta dessas demandas sociais. Como forma de alinhar os procedimentos, métodos e técnicas que envolvem a mobilização social, ficou estabelecida a construção de **Plano de Mobilização Social** que é o produto B, do PMSB, o presente Plano de Mobilização Social foi desenvolvido com base no Termo de Referência elaborado pelo



Município de Espigão do Oeste, estabelecendo os critérios, os procedimentos principais, a forma de fornecimento de informações, a metodologia participativa utilizada para a participação popular e o controle social que deve permear a construção do Plano Municipal de Saneamento Básico, ao longo de todas as etapas do processo. Neste mesmo diapasão, o Plano de Mobilização Social deve ser executado de tal forma que permita a formalização de propostas para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município em estudo, no âmbito do escopo definido pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

O presente documento corresponde ao **Produto B - Plano de Mobilização Social – PMS**, elaborado no âmbito do Contrato nº 028/2014, instituído entre Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste e a empresa Marcelo Henrique Sales Machado ME (E. C. P – Soluções em Serviços Gerais), com o objeto de prestar assessoria e consultoria técnica na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Espigão do Oeste.

Usando ferramentas democráticas, este documento pretende não ser apenas um meio formal quanto ao plano, mais sim um instrumento mobilizador da população em torno do assunto. Entretanto, o objetivo do Plano de Mobilização Social é contemplar as diversas etapas, sucessivas e complementares de participação social, para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Espigão do Oeste – RO.

### **3. MARCOS LEGAL E TEÓRICO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

O Plano de Mobilização Social – PMS é um documento integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico e visa, em linhas gerais, traçar as diretrizes para o trabalho junto à população, contribuindo para o desenvolvimento e o acompanhamento de ações de mobilização e participação popular no processo de elaboração do PMSB.

Em termos legais o chamado Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001) afirma em seu Artigo 2º inciso II que a “gestão democrática por meio da participação popular” deve ser uma prerrogativa na “formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

Ainda neste sentido nos reportamos ao no inciso IV, do art. 3º, da Lei nº 11.445/07 que define o controle social, garantindo ferramentas sociais de participação da população junto aos processos de “formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”.

Em consonância com Bordernave (1994), compreendemos a participação como um conjunto de atividades inerentes à natureza social do homem, ou seja, o acompanham-nos diferentes períodos históricos e sociais ao longo de sua existência. Por isso, o foco do Plano



de Mobilização Social não está no “quanto” se participa, mas passa a estar centrado no “como” se processa essa participação.

Destarte também podemos dizer que existem diferentes níveis de participação que podem estar situados tanto nos espaços da *microparticipação*, quanto nos espaços entendidos como *macroparticipação*. Para Bordenave (1994), a participação social é justamente aquela que situada nos espaços da *macroparticipação* que se efetivam nos processos sociais mais amplos, nos quais o sujeito tem a possibilidade de intervir na dinâmica social, modificando a história da sociedade.

Os processos de mobilização e participação neste âmbito são compreendidos então como um produto que está sempre em construção (DEMO, 2001), no sentido de conquistas que vão se aglutinando, se corporificando nos espaços sociais. A participação real é, justamente, aquela que interfere nos processos decisórios por meio da participação política voltada ao bem coletivo.

Assim, a emergência de ações coletivas nas mais diferenciadas formas pode ser entendida como esforços para essa construção, e é dentro deste campo que situamos as ações de mobilização empreendidas neste plano de trabalho.

Igualmente nesta direção podemos dizer que as ações que serão, doravante, empreendidas, podem ser vislumbradas como uma tendência de produzir mecanismos cada vez mais democráticos de participação, realidade esta que os programas sociais vêm incorporando como parte de seus princípios, de tal forma a se configurar como iniciativas fundamentais para a construção de processos que promovam a cidadania e efetivem direitos promulgados.

Desta forma os objetivos aqui apresentados seguem a normativa exposta pelo Termo de Referência (TR) e as prerrogativas legais. Baseado nesses instrumentos, o objetivo deste plano é construir e fortalecer canais de comunicação junto à população para a compreensão das atividades propostas no seu cotidiano, que sem dúvidas é marcado por questões políticas, orçamentárias, burocráticas e que compõem o próprio movimento da sociedade em que vivemos.

As ações de mobilização social também estarão apoiadas dentro da lógica destacada por Vígolo (2010), quando esta diz que a reivindicação dos direitos por parte dos usuários só pode acontecer se estes tiverem conhecimento sobre eles. Daí a importância, ainda segundo a autora, de criar mecanismos de publicação dos direitos, tanto por atendimentos individualizados, como por meio de outros instrumentos como cartazes, folders, cartilhas e sua divulgação por meio de reuniões comunitárias, conforme as que estão previstas nas



diversas fases deste Plano de Mobilização Social (PMS) e no Termo de Referência que o orienta.

Este plano de mobilização social pretende criar mecanismos para que haja representatividade e legitimidade nas propostas que fundamentará o PMSB, comotambém, possibilitar o efetivo controle social sobre tudo aquilo que for proposto e aprovado, não somente na etapa de planejamento, mas, sobretudo, na fase de execução de planos e projetos, bem como das obras deles decorrentes. Ademais, o controle social do PMSB se estende também à criação de mecanismos para a avaliação dos serviços públicos de saneamento básico ao longo do tempo.

Neste diapasão, vale frisar que a própria Lei nº 11.445/2007 prevê a necessidade imperativa de que as sociedades locais e a sociedade civil organizada se organizem para realizar o controle social do PMSB, sobretudo, quando de sua implementação (Art. 3º, inciso IV, da Lei nº 11.445/2007).

Na prática, este controle social que durante a fase de elaboração dos planos é exercida pelo Comitê de Coordenação, na fase de implementação do mesmo plano deve ser exercido pelos Conselhos Municipais de Saneamento Básico, podendo também ser realizado pelos conselhos municipais de saúde.

#### **4. JUSTIFICATIVA**

A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e o seu controle social é um desafio que o poder público municipal, deve enfrentar como um dos mais significativos, constituindo-se em um dos maiores desafios das municipalidades no Brasil. Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população.

Oportuno enfatizar que a existência do PMSB hoje, funciona como condão que possibilita a elegibilidade dos municípios em programas e projetos de captação de recursos e validação de contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, com vistas a assegurar, com isso, a adequada cobertura e a persecução da desejada qualidade dos serviços prestados.

Cabe destacar, também, a determinação do Decreto nº. 7.217/2010, artigo 26, parágrafo 4º, que vincula a existência do Plano de Saneamento Básico, elaborado pelo titular dos serviços, segundo os preceitos estabelecidos na Lei nº 11.445/2007, como condição de





acesso, a partir de 2015, a recursos orçamentários da União ou recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico. Essa exigência que soa como ato impositivo, e, portanto, parece completamente descabida em pleno século XXI em um país que possui a vigência do Estado Democrático de Direito, na prática, teve que ser adotada pelo Governo Federal, como tentativa de banir dos seus planos de investimento, medidas pontuais e eleitoreiras, a exemplo das Emendas Parlamentares, as quais, via de regra, carimbavam recursos do Orçamento Geral da União, de forma pontual e desprovidas de qualquer planejamento de curto, médio e longo prazo, que na área de Saneamento Básico, principalmente, constituiu-se em fonte de desperdício e pulverização de recursos orçamentários durante décadas, revelando-se como medida de muito baixa eficácia, no sentido de garantir um avanço na redução do enorme déficit sanitário do país.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, devem ser observados os seguintes princípios em relação ao Saneamento Básico:

- ✓ Direito à saúde, mediante políticas de redução do risco de doença e outros agravos e de acesso universal e igualitário aos serviços (art. 6º e 196), bem como a competência do Sistema Único de Saúde para participar da formulação da política e execução das ações de saneamento básico (inciso IV, do art. 200);
- ✓ Direito ao ambiente equilibrado, de uso comum e essencial à qualidade de vida;
- ✓ Direito à educação ambiental em todos os níveis de ensino, visando à preservação do meio ambiente (art.225).

Em complemento, tomando-se como base postulados emanados da Lei nº 10.257/2001 – Estatuto das Cidades, devem ser observados os seguintes princípios em relação ao Saneamento Básico:

- ✓ Direito à cidades sustentáveis, ao saneamento ambiental, para as atuais e as futuras gerações (Inciso I, art. 2º);
- ✓ Direito da sociedade à participação da gestão municipal, na formulação, execução e avaliação dos planos por desenvolvimento urbano (Inciso II, art. 2º);
- ✓ Garantia das funções sociais da cidade; do controle do uso do solo; e do direito de expansão urbana compatível com a sustentabilidade ambiental, social e econômica e a justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização (art. 2º);
- ✓ Garantia à moradia digna como direito e vetor da inclusão social.

Quanto a Lei 8.080/1990 – Lei Orgânica da Saúde deve ser observada os seguintes princípios em relação ao saneamento básico:



- ✓ Direito universal à saúde com equidade e atendimento integral, promoção da saúde pública e a salubridade ambiental como um direito social e coletivo;
- ✓ Saneamento Básico como fator determinante e condicionante da saúde (art. 3º);
- ✓ Articulação das políticas e programas da saúde com saneamento e o meio ambiente (Inciso II, art. 13).

Assim, a emergência de ações coletivas nas mais diferenciadas formas pode ser entendida como esforço para a construção de um plano participativo que represente com legitimidade os verdadeiros anseios da sociedade local do Município de Espigão do Oeste. É nesta mesma linha que figura o conjunto das ações de mobilização social empreendidas neste plano de trabalho.

## **5. OBJETIVOS**

### **5.1. OBJETIVO GERAL**

O presente Plano de Mobilização Social tem como objetivo geral propor estratégias, espaços e instrumentos que possibilitem sensibilizar e estimular a atuação da sociedade, através dos diversos sujeitos sociais, na construção e no controle social da política pública de Saneamento Básico de Espigão do Oeste.

### **5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Para a consolidação do objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a. Propor a interlocução entre sociedade cível e o Poder Público, a fim de instrumentalizar os munícipes para o exercício da participação e do controle social sobre a política pública de Saneamento Básico.

Este objetivo específico se refere a Divulgar e Sensibilizar a sociedade, atendendo os seguintes aspectos, dentro das ações do PMSB:

- Divulgar a elaboração do plano e apresentar o caráter democrático e participativo, considerando sua função social;
- Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações na qualidade de vida;



- Sensibilizar a sociedade para importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e as vantagens;
  - Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva da preservação e da conservação ambiental;
  - Estimular os diversos segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental municipal;
  - Sensibilizar os gestores e os técnicos municipais para o fomento das ações de educação ambiental e de mobilização social, de forma permanente, com vistas a apoiar os programas projetos e ações de saneamento básico a serem implementados por meio do PMSB.
- b. Mobilizar a população para a discussão e o levantamento das informações sobre o saneamento básico, tendo em vista a potencialização da participação social na elaboração do plano.

Cumprе esclarecer que este objetivo específica além de atender a Divulgação e a Sensibilização, este objetivo específico é fundamental ao Diagnóstico Técnico-Participativo, ao Prognóstico e ao Planejamento Estratégico, que deverá considerar:

- As percepções sociais e os conhecimentos a respeito do Saneamento;
  - As características locais e a realidade prática das condições econômico-sociais e culturais;
  - A realidade prática local das condições de saneamento e saúde em complemento às informações técnicas levantadas ou fornecidas pelos prestadores dos serviços de saneamento;
  - As formas de organização social da comunidade local;
  - As necessidades reais e os anseios da população para definição do cenário de referência futuro;
  - O impacto socioambiental e sanitário dos empreendimentos de saneamento existente e os futuros para a qualidade de vida da população.
- c. Construir meios de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações, visando garantir aos cidadãos o direito de discussão e proposição sobre os temas relacionados à Política Pública de Saneamento Básico e se manifestar nos processos decisórios de elaboração do PMSB.





O presente objetivo específico é de suma importância aos Programas, Projetos e Ações para Alcance dos Cenários de Referência do PMSB, que objetiva fundamentalmente:

- Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a hierarquização de programas e de seus investimentos.
  - Considerar o ponto de vista da comunidade no levantamento de alternativas de soluções de saneamento, tendo em conta a cultura, os hábitos e as atitudes em nível local.
- d. Fortalecer e aproximar os diversos Conselhos Municipais na discussão da Política Pública de Saneamento Básico, fortalecendo exercício do controle social.

Além de atender as fases anteriores, desde a divulgação até a sensibilização, o presente objetivo específico visa a execução, a avaliação e a previsão do PMSB, estimulando a prática permanente da participação e da mobilização social na implantação da política municipal de saneamento básico e ainda, estimula a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada para acompanhar e fiscalizar a execução do PMSB.

## **6. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL E POPULACIONAL**

O Plano de Mobilização Social contempla a totalidade da área geográfica do município de Espigão do Oeste, localizado na região setentrional do Estado de Rondônia e limita-se: ao norte com o Estado do Mato Grosso; ao sul com o Município de Pimenta Bueno; ao leste como o Município de Vilhena e a oeste com o Município de Cacoal. Seu território compreende uma área de 4.518 Km<sup>2</sup>, com uma população de 28.729 mil habitantes (IBGE 2010 – Estimativa de 32.047 habitantes para 2014), sendo que a densidade demográfica é de 6,36 habitantes por km<sup>2</sup> e, possuindo um total de 8.668 domicílios (IBGE, 2010). É importante asseverar que a população do Município de Espigão do Oeste segue a seguinte distribuição: população urbana total compreende a 20.617 habitantes e a população rural total compreende a 8.112 habitantes (IBGE, 2010).

O principal acesso rodoviário ao município de Espigão do Oeste é pela Rodovia RO-387, que liga o Município de Pimenta Bueno à Espigão do Oeste, e lhe dá acesso à BR 364.

### **6.1. Setorização**

Para a execução do Plano de Mobilização Social, no que se refere à participação efetiva da sociedade de todo o município e de seus núcleos, serão realizadas Reuniões ou



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

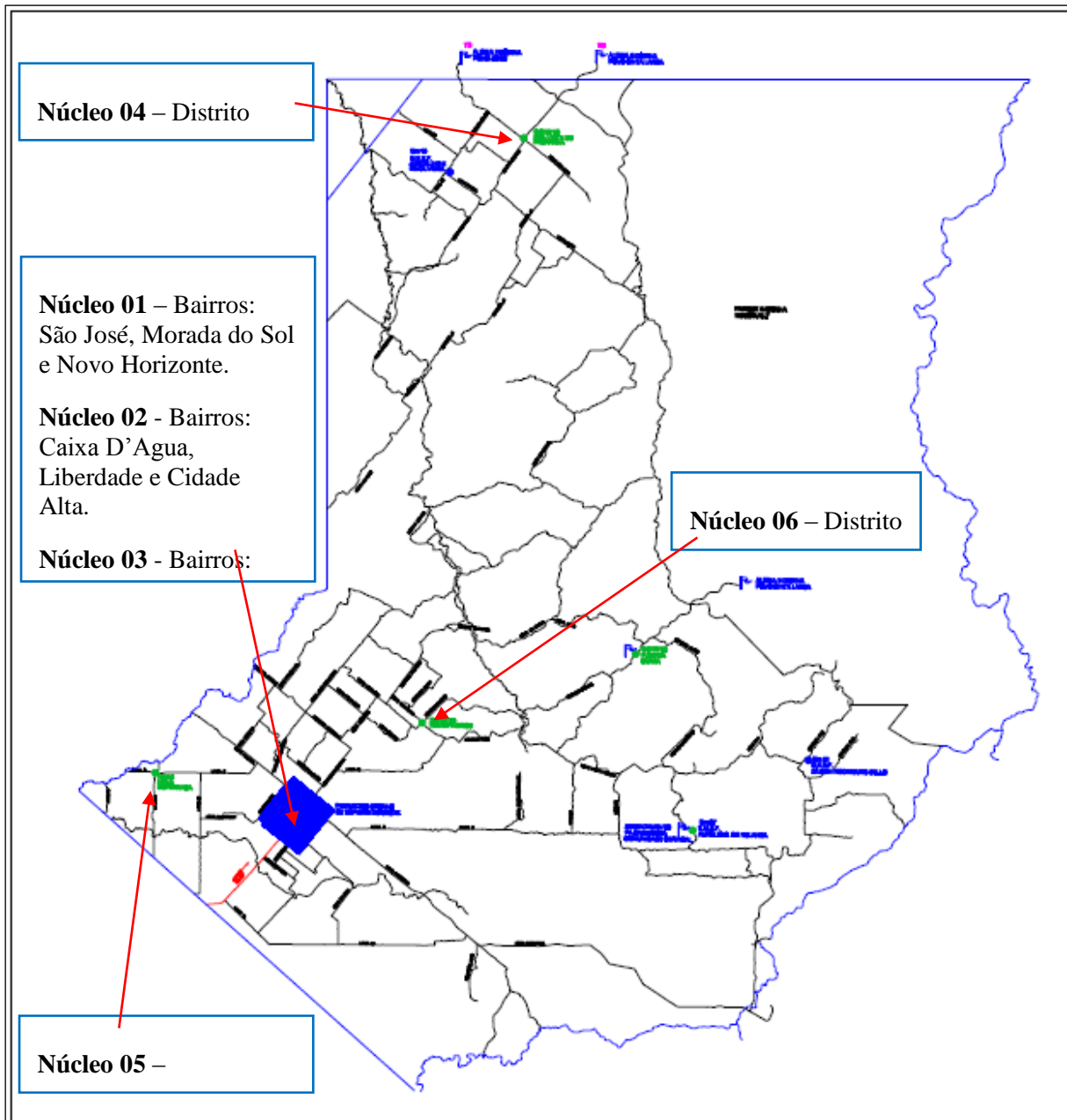
Eventos Setoriais com o objetivo de discutir a realidade de cada comunidade no que tange ao saneamento básico (diagnóstico, prognóstico, plano de ação, entre outros), visando a instrumentalização para engajamento/comprometimento, com a pactuação de soluções. Estas reuniões setoriais terão caráter de seminários, oficinas, etc. Na sequência eventos setoriais serão mais detalhados.

Temos a considerar a relevante experiência já vivenciada, na atual gestão, da mobilização social e sua efetiva participação em diversos programas, tais como, campanhas na área da saúde, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Espigão do Oeste. Como previsto no Termo de Referência para elaboração do PMSB de Espigão do Oeste (item 14), será disponibilizado transporte coletivo pela Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste, em trajetos e horários definidos com cada comunidade, para deslocamento da população até os locais da Conferência Municipais de Saneamento Básico.

No Quadro 01 são apresentados os setores de mobilização propostos e registrados no SICONV, de acordo com a análise técnica efetuada entre o Município e a FUNASA e na Figura 01 a consta a sua posição geográfica.

**Quadro 01 – Núcleos de Mobilização**

NÚCLEO	REGIÃO / LOCALIDADE	POPULAÇÃO	Nº DE EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO POR ATIVIDADE	
01	ZONA URBANA – Bairros: São José, Morada do Sol e Novo Horizonte.	4.672 hab	Divulgação do PMSB e Diagnóstico	1
			Apresentação do Diagnóstico	1
			Programas, Projetos e Ações	1
02	ZONA URBANA – Bairros: Caixa D'Água, Liberdade e Cidade Alta	6.266 hab	Divulgação do PMSB e Diagnóstico	1
			Apresentação do Diagnóstico	1
			Programas, Projetos e Ações	1
03	ZONA URBANA – Bairros: Centro, Vista Alegre e Jorge Teixeira	7.793 hab	Divulgação do PMSB e Diagnóstico	1
			Apresentação do Diagnóstico	1
			Programas, Projetos e Ações	1
04	ZONA RURAL – Distrito Boa Vista do Pacarana	1.800 hab	Divulgação do PMSB e Diagnóstico	1
			Apresentação do Diagnóstico	1
			Programas, Projetos e Ações	1
05	ZONA RURAL – Distrito Nuar Nova Esperança	661 hab	Divulgação do PMSB e Diagnóstico	1
			Apresentação do Diagnóstico	1
			Programas, Projetos e Ações	1
06	ZONA RURAL – Distrito Novo Paraíso	267 hab	Divulgação do PMSB e Diagnóstico	1
			Apresentação do Diagnóstico	1
			Programas, Projetos e Ações	1
CONFERÊNCIA PÚBLICA (SEDE DO MUNICÍPIO)				3
<b>TOTAL DE EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO</b>				<b>21</b>



**Figura 01-** Localização Geográfica dos Núcleos de Mobilização.

Mapa do Município de Espigão do Oeste – Núcleos de Mobilização.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste - RO.

Para as reuniões setoriais será disponibilizada toda a logística necessária para execução, como a garantia do espaço necessário e de tamanho suficiente para a participação da população e demais apoios necessários. As reuniões previamente definidas serão realizadas nas datas proposta, nas localidades atendendo a exigência de infraestrutura adequada, da seguinte forma:

Núcleo 01 - ZONA URBANA – Reuniões no Barracão da Igreja de São José, no Bairro São José, com capacidade para mais de cem pessoas sentadas, além da disponibilidade de meios e equipamentos audiovisuais.



Núcleo 02 – ZONA URBANA - Reuniões na Escola Municipal Maria de Sancti, no Bairro Cidade Alta, com capacidade para mais de cem pessoas sentadas e disponibilidade de meios e equipamentos audiovisuais.

Núcleo 03 – ZONA URBANA - Reuniões na Escola Estadual JerrisAdrianiTuratti, no Bairro Vista Alegre, com capacidade para mais de cem pessoas sentadas e disponibilidade de meios e equipamentos audiovisuais.

Núcleo 04 – ZONA RURAL - Reuniões na Escola Municipal Tancredo Neves, no centro do Distrito Boa Vista do Pacarana, com capacidade para cerca de cinquenta pessoas sentadas e disponibilidade de meios e equipamentos audiovisuais.

Núcleo 05 – ZONA RURAL - Reuniões na Escola Municipal Brás Cubas, no centro do Distrito Novo Paraíso, com capacidade para cerca de cinquenta pessoas sentadas e disponibilidade de meios e equipamentos audiovisuais.

Núcleo 06 – ZONA RURAL - Reuniões no Centro do Idoso do Distrito Nova Esperança, no centro do Distrito, com capacidade para cerca de cinquenta pessoas sentadas e disponibilidade de meios e equipamentos audiovisuais.

As três conferências serão realizadas na SEDE do Município de Espigão do Oeste, na Câmara Municipal, com capacidade para cerca de 120 (cento e vinte) pessoas sentadas, meios e equipamentos audiovisuais disponíveis para realizar o evento.

A estratégia de divulgação de elaboração do PMSB e dos eventos em todas as comunidades (rural e urbana) dos setores de mobilização será efetuada com as seguintes providências: a posição de faixas; o envio de convites às lideranças locais, escolas, entidades representativas e mobilizadores; a distribuição de folders e de cartilhas educativas; a divulgação através de carro de som e utilização da rádio local com apresentação de entrevistas ao vivo com os técnicos da empresa contratada sobre o PMSB de Espigão do Oeste; a utilização da TV Prefeitura de Espigão do Oeste através de apresentação de entrevistas ao vivo, realizadas nas datas dos eventos e reuniões técnicas com os técnicos da empresa contratada e as autoridades públicas municipais. O item 9, descreve o material de divulgação, também em anexo e, o item 10 apresenta o calendário dos eventos (conferências e reuniões setoriais).

## **7. RECURSOS METODOLÓGICOS**

O conceito de mobilização é definido por Toro (1996), como: “mobilizar é convocar vontades na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também



compartilhados”. Assim, o processo de mobilização social, como estratégia de democratização da política pública, deverá potencializar os espaços de construção coletiva de alternativas para o saneamento no município.

Para a execução do Plano de Mobilização Social foram adotadas algumas linhas básicas de ação, os quais estão descritas na sequência:

**a) Comunicação**

No processo de mobilização social, mais do que sensibilizar as pessoas para a importância de planejar o Saneamento Básico Municipal, é preciso mostrar que todas podem e devem contribuir na elaboração do PMSB. É a comunicação que estabelece vínculos e relações entre pessoas, comunidades e sujeitos sociais e é por este viés que é possível coordenar ações no sentido de transformação da realidade. As ações de comunicação possuem caráter educativo e permitem trocas de conhecimento e diálogo. Todo o planejamento de mobilização social necessita ser permeado por atos comunicativos, que constroem e fortalecem os laços entre os sujeitos que se envolvem por uma causa mobilizadora. A mobilização social exige a criação de vínculos coletivos, possíveis com estratégias e instrumentos de comunicação. O uso de instrumentos de comunicação permite o conhecimento do movimento para poder julgá-lo e a possibilidade de participar ou não, oportunizando a chance para que cada ator social possa se torna-se protagonista do processo.

**b) Participação Social**

Além do pressuposto legal que exige a participação e o envolvimento dos cidadãos na elaboração do Plano de Saneamento Básico, dentro do processo de Mobilização Social, a participação social é considerada como meta e meio, ou seja, almeja-se que a população de Cerejeiras seja mais que apenas beneficiária da política de saneamento básico, mas também sujeita construtora da mesma, pensante e proponente de melhorias dentro deste serviço. A participação social é vista como uma forma de fortalecimento do princípio de cidadania, constituindo espaços de diálogo e de projeto coletivo, de construção de uma política pública de saneamento básico que contemple os reais problemas enfrentados pela população.

**c) Cidadania**

Segundo Herbert de Souza (1995), “cidadão é um indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de questões da sociedade. Um cidadão com sentimento ético forte e consciente da cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação.

**d) Eventos Setoriais**



Reuniões setoriais serão realizadas junto às comunidades, com o objetivo de estabelecer espaço de diálogo relacionados a construção do PMSB, orientados pelos princípios do controle social constante na lei que rege o saneamento básico no País. A metodologia das reuniões seguirá os seguintes passos: apresentação do grupo de trabalho, de cada participante e do objetivo da reunião; entrega de material e orientações gerais para as reuniões; realização de diagnóstico sobre os serviços de saneamento básico prestado a população do setor de mobilização; fechamento da atividade.

#### **e) Controle Social**

A proposta metodológica para elaboração do Plano de Mobilização Social – PMS baseia-se no princípio do controle social, estabelecido pela Lei nº 11.445/2007 (Art. 3º, Inciso IV), que se define no “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”.

#### **f) Oficina de Capacitação e Treinamento dos Atores Sociais**

Atividade que visa submeter à sociedade civil organizada a discussão dos eixos que serão deliberados na Conferência Municipal. Nela participam associações, cooperativas, sindicatos, conselhos municipais, comitê de bacia hidrográfica, Companhia de Saneamento, ONG's, instituições de ensino superior, gestores públicos, parlamentares e outros.

#### **g) Conferência Municipal**

São espaços amplos e democráticos de discussão e articulação em torno de propostas e estratégias de organização das políticas públicas.

Sua principal característica é reunir o governo, a sociedade civil organizada e os cidadãos comuns para debater e decidir as prioridades de determinada política. Na medida em que os diversos segmentos envolvidos com o tema em questão participam do debate de uma conferência, isso vem sustentar, fortalecer e legitimar a decisão tomada. Nesse sentido, pode-se estabelecer um pacto para alcançar metas e prioridades, além de abrir um espaço importante na troca de experiência tendo em vista o fortalecimento da política pública (CNAS, 2009).

Outro ponto relevante volta-se para seus beneficiários, neste caso, os cidadãos, que têm no processo a garantia de uma prática mais justa e transparente da administração ao levar em conta a opinião pública, democratizando o poder.

### **8. DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS**





A execução dos serviços a serem desenvolvidos pela contratada deverá satisfazer o cumprimento das etapas metodológicas estabelecidas no Termo de Referência - TR fornecido pela contratante, com a sequência de realização detalhada a seguir. De acordo com o TR, o Plano de Mobilização Social visa desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à relevância do Plano e da sua participação no processo de elaboração do mesmo.

Para as ações que serão desenvolvidas durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB deve-se organizar meios e canais de participação na elaboração do Plano e na avaliação dos serviços públicos de saneamento básico, de forma que, garanta transparências das ações e controle social (Art. 3º, Inciso IV, da lei 11.445/07). Conforme tal definição, o Plano de Mobilização Social deverá abranger:

#### 8.1. Divulgação e Comunicação

Na essência da ação conduzida pelos movimentos sociais está a mobilização, tendo em vista que sem apoio, dificilmente uma organização conseguirá promover mudanças capazes de gerar a transformação desejada. Para tanto, é importante fazer uso de instrumentos de comunicação social. Esses instrumentos visam divulgar e mobilizar a população, em seus diferentes segmentos, para sua efetiva participação na construção do PMSB.

No Quadro 02 estão listados os materiais de divulgação e comunicação da elaboração do PMSB. Dentre os materiais listados estão: A confecção e distribuição de faixas, cartazes, cartilhas educativas, folders, banners, spots e entrevistas em rádio local e inserções e entrevistas no site da Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste.

A distribuição dos folders e cartilhas será feita no dia da realização das conferências e nos eventos setoriais (zona urbana e rural), e estarão disponíveis em locais de grande circulação, juntamente com as faixas, cartazes e banners de divulgação, sendo esses locais identificados pelos membros dos Comitês.

#### **Quadro 02** – Listados materiais que serão utilizados na mobilização social

Itens de mobilização social	Unidade	Quantidade
Cartilha educativa sobre o Plano Municipal de Saneamento	Unidade	2461
Cartazes A3 de Reunião do Municipal de Saneamento	Unidade	350
Divulgação através de veiculação (spots em rádio)	-	-
Confecção de Banners de 0,80x1,00	Unidade	30
Confecção de Folders	Unidade	1119
Faixas Informativas 6x1,5%mts	Unidade	9
Kit de material (caneta e papel A4)	Unidade	1

Além destes materiais que foram listados no Quadro 02, serão estabelecidos canais para recebimento de críticas e sugestões como, a colocação de um link no espaço de ouvidoria



do site da Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste urnas em locais estratégicos (CRAS, associações, escolas, secretarias municipais). Nestes locais, a população terá oportunidade para dar sugestões sobre a elaboração do PMSB.

## 8.2. Eventos de Mobilização Social

No tocante à participação social, no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, de acordo com Termo de Referência fornecido pela contratante, deverá ser realizada três Conferências Municipais, a serem realizadas na SEDE do Município de Espigão do Oeste e três Eventos Setoriais em cada Núcleo de Mobilização (quadro 01).

### 8.2.1. Oficina de Capacitação e Treinamento dos Atores Sociais e Membros dos Comitês

Será realizada, a priori, uma oficina de capacitação com os membros dos Comitês, líderes comunitários e outras autoridades, que possam servir de facilitadores para o desenvolvimento do trabalho junto à população local, permitindo dessa maneira um treinamento prévio dos participantes, no que se refere ao objeto do Plano Municipal de Saneamento Básico, qual a legislação a ser atendida, qual a metodologia de trabalho a ser adotada e o planejamento do Plano de Mobilização Social, sendo aberta oportunidade para comentários e sugestões de datas para elaboração do cronograma dos eventos setoriais. Outro aspecto importante a ser obtido nessa oficina é a identificação de profissionais da estrutura municipal que possam servir de apoiadores do desenvolvimento dos trabalhos.

### 8.2.2. Conferência Municipal de Saneamento Básico

As conferências municipais serão os eventos de maior envergadura e terão representação de todos os setores da comunidade, às organizações e os cidadãos que residem nos setores de mobilização (quadro 01) e pretendem dirimir os conflitos dos anseios de setores de interesses antagônicos presentes na sociedade em relação do PMSB.

- ✓ Público alvo:Evento aberto a toda população do município. De forma específica alguns membros terão uma atuação mais direta e efetiva quer seja por representar uma entidade da sociedade civil ou órgão de governo, quer seja por vontade própria de participar mais efetivamente do processo.

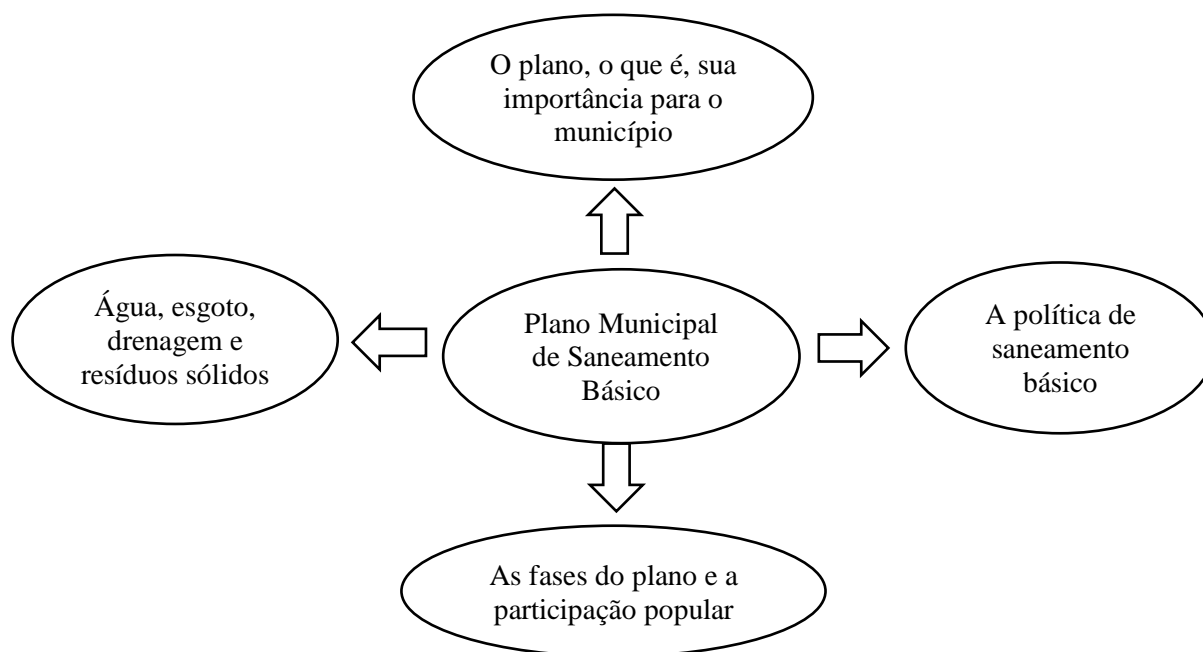
- Primeira Conferência Municipal de Saneamento Básico



Neste evento, convocada pela Prefeitura Municipal a população será informada sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico para participar da elaboração do Plano. A data para realização desta conferência foi definida para o dia 12 de agosto de 2014, na Câmara Municipal, local de fácil acesso ao público, com a presença dos veículos de comunicação social do município (rádio e sites de noticiais), sendo o evento amplamente divulgado para o Poder Público e a Sociedade Civil.

No evento, será apresentado o Plano de Trabalho referente à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, com vistas à informação da comunidade sobre o que realmente significa este plano, como também a importância da participação social objetivando à sua legitimação, na medida em que, incorpore, de fato, as demandas sociais que afligem a comunidade, no que se referem as quatro vertentes do Saneamento Básico (água tratada, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais urbanas e gestão e manejo de resíduos sólidos urbanos). O fundamento legal e marco regulatório que será exposto e esmiuçado nesta conferência pública será o conteúdo da Lei nº 11.445/2007, que têm como propósito estabelecer uma discussão acerca dos conteúdos do Plano de Trabalho referente à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Espigão do Oeste e coletar as proposições dos representantes locais.

A Figura 02 apresenta algumas informações que devem ser priorizadas neste evento de abertura do PMSB, de forma que garanta o entendimento das pessoas que participam do evento.





**Figura 02** – Informações priorizadas

Ficará aberto espaço de tempo para que os participantes se manifestem quanto ao material apresentado. É esperado que as manifestações da comunidade sejam na forma oral e escrita, uma vez que será incentivada a participação popular durante e após os eventos, nas reuniões setoriais. No Quadro 03 é apresentada a estrutura para o desenvolvimento deste evento.

**Quadro 03** - Logística das Conferências Municipais de Saneamento Básico.

Etapa	Responsável	Tempo (min)
Cerimônia de abertura Apresentação dos comitês e da E.C.P.	Prefeitura	15
Apresentação: - O que é o Plano Municipal de Saneamento Básico - Mobilização social - Plano de trabalho para a elaboração do Plano	Equipe técnica da E.C.P.	90
- Manifestação da comunidade quanto ao que foi apresentado	Equipe da E.C.P.	30
Réplicas: respostas aos questionamentos	Equipe da E.C.P. e os Comitês	10
Encerramento	Prefeitura	5

- Segunda Conferência Municipal de Saneamento Básico

A segunda Conferência Municipal será realizada durante a construção do **Produto Cdo PMSB – Diagnóstico Técnico-Participativo**. Neste evento será apresentado e discutido junto à população do município, a situação atual dos serviços de saneamento básico prestados no mesmo, assim como também será apresentado o diagnóstico setorial, porém integrado, de cada um dos componentes dos serviços de saneamento básico, quais são:

- ✓ Abastecimento de água potável;
- ✓ Esgotamento sanitário;
- ✓ Coleta e manejo dos resíduos sólidos;
- ✓ Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Durante o evento serão recepcionadas as sugestões e as críticas ao diagnóstico apresentadas, de tal forma que, após a devida análise técnica, os pontos validados sejam agregados ao relatório final de diagnóstico da situação do saneamento básico. Este evento permitirá a consolidação do diagnóstico, e a compensação da realidade atual do município, por parte da população, da realidade do município.



- Terceira Conferência Municipal de Saneamento Básico

Trata-se de um evento maior que tem por finalidade a apresentação e aprovação do Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico, assim como sua chancela final, por parte de todos os atores sociais envolvidos em sua elaboração, além de que possui um caráter informativo destinado ao conhecimento do PMSB por parte da população do município.

A etapa final da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico refere-se à documentação a ser disponibilizada para o debate final, nesta conferência, com os seguintes objetivos:

- ✓ Apresentar e aprovar o documento final do PMSB, incluindo informações resumidas de todas as etapas e produtos desenvolvidos;
- ✓ Oficializar a forma de suprir as necessidades da população quanto aos serviços de saneamento básico e, o atendimento a todos, (com princípio da universalização) com serviços eficientes (princípio da integralidade dos serviços);
- ✓ Consolidar os instrumentos de planejamento e gestão de forma a viabilizar a universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo dos resíduos sólidos;
- ✓ Apresentar e oficializar os objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização e os respectivos programas, projetos e ações necessárias para atingi-las.

Assim, percebe-se que todo o conteúdo estudado nas fases anteriores deverá ser objeto de uma síntese, de preferência em linguagem que possa traduzir o rigor das decisões técnicas em leitura que facilite a compreensão pela população.

### 8.2.3. Eventos Setoriais

De acordo com o Termo de Referência fornecido pela contratante, serão realizados três eventos setoriais em cada núcleo de mobilização (área urbana e rural, conforme setores citados no Quadro 01) com o objetivo de discutir a realidade de cada comunidade no que se refere ao saneamento básico, responder os questionários que serão preenchidos no final do evento (primeiro evento setorial), e apresentação de produtos do plano em linguagem adequada ao entendimento do público alvo (segundo e terceiros eventos setoriais).



- ✓ Público Alvo: Moradores do setor de mobilização e demais membros da comunidade em geral. Evento aberto a toda população do município.

Os eventos setoriais têm como objetivo principal a participação ativa da população local e será estabelecido espaço de tempo para que os participantes se manifestem quanto ao que foi abordado durante a apresentação. No Quadro 04 é apresentada a estrutura para o desenvolvimento deste evento.

**Quadro 04** – Logística dos eventos setoriais.

Etapa	Responsável	Tempo (min.)
Abertura do evento Apresentação dos técnicos da E.C.P.	Comitê	5
Apresentação:- Diagnóstico; - Prognóstico; - Plano de ação – programas, objetivos e metas	Equipe técnica da E.C.P.	45
- Manifestação da comunidade quanto ao que foi apresentado	Equipe da E.C.P.	30
Réplicas: respostas aos questionamentos	Equipe da E.C.P.	10
Encerramento	Comitê	5

- Primeiro Evento Setorial

Apresentação discursiva da temática, mediante a utilização de meios audiovisuais para relacionar Saneamento, Saúde e Meio Ambiente. A apresentação das principais doenças ligadas à peculiaridade dos ambientes domésticos, e os problemas ambientais causados devido à falta de saneamento básico, assim como, os impactos causados na saúde, educação e no trabalho decorrentes das deficiências sanitárias apontadas. Por fim, haverá a formação de grupos de discussão e apresentação de problemas de saneamento básico, vivenciados pela comunidade local.

Nesse evento serão aplicados os questionários de percepção da sociedade quanto aos serviços de saneamento básico local, cujos resultados serão reunidos aos dados coletados em campo e nos órgãos de prestação de serviços de saneamento básico no município, para compor o arcabouço de informações necessárias a elaboração do Diagnóstico Técnico-Participativo que é base de referência para o desenvolvimento das demais etapas do plano. O trabalho da equipe técnica contemplará o levantamento e consolidação de dados secundários e primários somada à percepção da sociedade por meio da participação direta de seus representantes, na construção do Relatório de Diagnóstico Técnico-Participativo em sua versão final, que tem como objetivo principal, o que segue:





- ✓ Identificar a realidade, levantar e aferir dados e abranger as quatro componentes de saneamento básico consolidando informações sobre as condições dos serviços (relatórios epidemiológicos, de saúde, de indicadores socioeconômicos e ambientais, além de toda informação correlata de setores que se integram ao saneamento).

Durante o evento deverão ser coletadas contribuições, sugestões e recomendações sociais, para construção do diagnóstico.

#### - Segundo Evento Setorial

Neste evento será apresentado para a comunidade, o que foi diagnosticado na etapa anterior, com o objetivo de analisar resultados e elaborar o plano estratégico. Uma vez consolidado o diagnóstico, o prognóstico será construído a partir do resultado da análise crítica das informações obtidas.

Serão formados grupos de discussão dos resultados apresentados com o objetivo de elencar e apresentar as necessidades reais e os anseios da população para a definição do cenário de referência futuro, considerando o impacto socioambiental e sanitário dos empreendimentos de saneamento existentes e os futuros previstos para a qualidade de vida da população.

Durante o evento serão recepcionadas as sugestões e críticas ao diagnóstico apresentado, de tal forma que, após a devida análise técnica, os pontos validados sejam agregados ao relatório final de diagnóstico da situação do saneamento básico no município de Espigão do Oeste.

#### - Terceiro Evento Setorial

Na realização desse evento serão formados grupos de discussão e apresentação de propostas que serão discutidas para a definição de alternativas de gestão dos serviços públicos de saneamento básico, envolvendo o contexto institucional para o exercício das seguintes atividades:

- Planejamento;
- Definição da modalidade jurídica-institucional adotada para cada uma das quatro disciplinas do saneamento básico;
- Prestação dos serviços;
- Regulação e fiscalização;



- Controle social.

Durante o evento será aberto espaço de tempo para que a população se posicione quanto às estratégias de atuação para melhoria das condições dos serviços saneamento.

## 9. PRODUÇÃO DO MATERIAL INFORMATIVO

Após a fase de planejamento da comunicação social, incluindo os levantamentos dos veículos de comunicação, públicos-alvo e conteúdo a serem trabalhados, exige-se a elaboração e impressão de materiais informativos. Previamente, se estabeleceu como roteiro básico, os seguintes passos a serem seguidos: a produção e edição de materiais impressos; a concepção de uma estratégia eficaz de distribuição e o seu armazenamento. Vale salientar que a aprovação de seu conteúdo ou qualquer material produzido irá passar pela aprovação do Comitê de Coordenação do PMSB, bem como a sua produção e distribuição.

Em termos de projeto gráfico e linha editorial, dar-se-á preferência pela produção de materiais com textos sintéticos, mais objetivos e complementados por imagens que ajudem na compreensão do conteúdo. Cumpre enfatizar que poderão ser utilizados como base, materiais gráficos já produzidos pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2009), a seguir são apresentados os instrumentos básicos a serem utilizados na atividade de comunicação social.

### 9.1. Folder

Trata-se de um meio de divulgação de informações sociais que visa informar a população sobre as técnicas utilizadas na elaboração do PMSB; sob orientação sobre o que é o próprio PMSB. Seu objetivo também está relacionado a oportunizar a adequada publicidade ao PMSB e as técnicas utilizadas, como também se presta a divulgação de eventos em que se pretende obter presença de público. Sua principal função é divulgar uma informação de forma visual e de fácil compreensão ao público em geral, concentrando seu valor pela informação que pode produzir, através da síntese de grandes conteúdos em textos simplificados e sucintos.

O folder, na verdade, é um instrumento impresso de divulgação que traz de forma rápida, atraente e objetiva as principais informações sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico.

O folder do PMSB descreverá resumidamente os seguintes conteúdos:

- ✓ Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;



- ✓ Obrigatoriedade de elaboração de planos municipais de saneamento pelos municípios;
- ✓ Importância do saneamento básico para a melhoria das condições de vida da população;
- ✓ Importância da participação da sociedade no processo de construção do Plano.

O folder deverá ter um caráter informativo que priorize as informações e os conteúdos que possam possuir maior longevidade, considerando o fator tempo. Isto é, deve-se evitar informações que sejam superadas rapidamente durante o processo de elaboração do PMSB. Espera-se a sua produção e a sua distribuição durante o processo de elaboração do PMSB.

## 9.2. Cartaz / Banner

Trata-se de um meio de divulgação de informações que visa dar publicidade a eventos em que se pretende obter a presença de público. Sua principal função é divulgar uma informação de forma visual, é de fácil compreensão para o público em geral, concentrando seu valor pela informação que pode produzir.

Dadas às características dos eventos que vão ser realizados durante a elaboração do PMSB de Espigão do Oeste, conforme descrição alhures mencionada no Plano de Mobilização Social, o cartaz foi considerado um meio de divulgação bastante eficiente para informar a população dos núcleos de mobilização (zona urbana e rural), da realização de eventos como: Conferências Municipais e Eventos Públicos Setoriais.

Na verdade, o cartaz e o banner nada mais são do que um instrumento impresso afixado de forma que seja visível em locais públicos, tendo como função principal divulgar uma informação de forma visual. Os cartazes e os banners do PMSB, diferentemente dos folders, serão temporais, trazendo informações acerca dos eventos. Estes serão afixados nas organizações comunitárias, nas instituições, nos órgãos da administração pública, nos postos de saúde, nas escolas, etc.

## 9.3. Faixas

Instrumento de comunicação impressa que possui alta visualização, tendo como objetivo informar sobre locais, horários e datas de realização dos eventos de Mobilização Social do PMSB.

## 9.4. Questionário



Instrumento impresso com questão referente à situação do saneamento básico dos diversos núcleos de mobilização (área urbana e área rural). A sua aplicação se dará quando da oportunidade do primeiro evento setorial em cada núcleo do município conforme divisão territorial prevista no Termo de Referência. É oportuno acrescentar que os questionários de forma complementar e subsidiária, poderão ser aplicados também diretamente nos domicílios de determinados atores sociais, julgados importantes pelo Comitê de Execução e pela equipe técnica da contratada.

#### 9.5. Cartilha Educativa

Instrumento de comunicação impressa, tendo como objetivo a divulgação em espaços fechados. As cartilhas buscam orientar as pessoas sobre a sua importância na construção do Plano de Saneamento Básico de sua cidade, será utilizada para apresentar de forma visual a importância do PMSB, e as diferentes formas e oportunidades com que as pessoas podem se organizar para de alguma forma, colaborar com a construção do PMSB.

### 10. CALENDÁRIO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Estão agendadas as ações de mobilização social de acordo com o Termo de Referência, conforme exposto abaixo.

#### Quadro 05 – Calendário dos eventos de mobilização

CALENDÁRIO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL						
Evento	Núcleo 01	Núcleo 02	Núcleo 03	Núcleo 04	Núcleo 05	Núcleo 06
Primeira Conferência Municipal	12 de agosto de 2014 - 19:00 – Câmara Municipal					
Primeiro Evento Setorial	25/08/2014 19:00	26/08/14 19:00	27/08/14 19:00	31/08/14 09:00	28/08/14 09:00	28/08/14 14:00
Segunda Conferência Municipal	20 de novembro de 2014– 19:00 – Câmara Municipal					
Segundo Evento Setorial	07/11/2014 19:00	08/11/2014 19:00	10/11/2014 19:00	11/11/2014 19:00	12/11/2014 09:00	13/11/14 09:00
Terceiro Evento Setorial	06/03/2015 19:00	09/03/2015 19:00	10/03/2015 19:00	08/03/2015 09:00	07/03/2015 09:00	07/03/15 14:00
Terceira Conferência Municipal	30 de março de 2015 – 09:30 – Câmara Municipal					

**Legenda:** **Núcleo 01:** Bairros: São José, Morada do Sol e Novo Horizonte; **Núcleo 02:** Bairros: Caixa D'Água, Liberdade e Cidade Alta; **Núcleo 03:** Bairros: Centro, Vista Alegre e Jorge Teixeira; **Núcleo 04:** Distrito de Boa Vista do Pacarana; **Núcleo 05:** Distrito Nova Esperança; **Núcleo 06:** Distrito Novo Paraíso.

Quaisquer eventuais alterações de datas e/ou horários serão comunicadas com a devida antecedência, salientando que o calendário será amplamente divulgado.

### REFERÊNCIAS



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em: 14 de Agosto de 2013.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União – DOU de 22.6.2010, Edição extra.

BRASIL. Lei Federal no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União – DOU de 20.9.1990.

BRASIL. Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União - DOU de 11.7.2001.

BRASIL. Lei Federal no 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no Diário Oficial da União - DOU de 8.1.2007 e retificado em 11.1.2007.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Departamento de Articulação Institucional. Educação ambiental e mobilização social em saneamento, Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Banco de dados, informações e referências em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia. Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação. Banco de Dados. Disponível em: [http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13\\_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao\\_social.pdf](http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao_social.pdf).

VÍGOLO, T. C. **A atuação dos profissionais de Serviço Social em processos de regularização fundiária**: A experiência em curso no Projeto do Maciço do Morro da Cruz. Trabalho de Conclusão de Curso pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2010.



**APÊNDICE II – MINUTA DO PROJETO DE LEI DO PMSB**





MINUTA DO PROJETO DE LEI Nº XX/ 2018

PREPOSIÇÃO DE LEI Nº XXX/2018

Institui a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico destinado a Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Saneamento Básico, a saber: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, em todo o território do município de Espigão do Oeste/RO.

A Câmara Municipal de Vereadores de Espigão do Oeste aprovou e eu, Prefeito Municipal, Nilton Caetano de Souza sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do anexo único, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a gestão e execução dos serviços públicos municipais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, em todo o território do município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007 e na Lei Federal nº 12.305/2010.

**Parágrafo único.** O executivo municipal deverá cumprir com suas responsabilidades e atender ao planejamento estabelecido conforme metas emergenciais, de curto, médio e longo prazo para universalização dos serviços de saneamento básico.

**Art. 2º.** O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta Lei, será avaliado anualmente e revisado no máximo a cada quatro anos, sempre anteriormente a elaboração do Plano Plurianual.

§ 1º. O poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico a Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º. O executivo municipal deverá incluir os recursos estimados para a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Espigão do Oeste no seu Plano Plurianual.

**Art. 3º.** A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverá ser elaborada em articulação com as prestadoras dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I – das Políticas Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II – dos Planos Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

§ 1º. A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

§ 2º. O poder Executivo Municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica do Estado de Rondônia.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Espigão do Oeste - RO, ....., de ..... de 2018.

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
1º Secretário da Câmara

\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal



**APÊNDICE III – MEMORIAL DE CÁLCULO DO PLANO DE EXECUÇÃO**



## MEMORIAL DE CÁLCULO

**Quadro 1.** Estimativas de custo para o abastecimento de água do Município Espigão do Oeste.

**Item: 1.1.2.**

Realizar Audiência Pública, custos estimados com base na realização de eventos semelhantes.  
=>R\$ 25.000,00

**Item: 1.1.4.**

Criação e Estruturação da Agência Reguladora Municipal.  
424 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>R\$ 63.600,00

Aquisição de mobiliário para escritório, mesas com cadeira (8 unidades):

Estimativa de R\$ 1.300,00 /unidade =>R\$10.400,00.

Mesa para reunião técnica (1 unidade).

=> R\$ 3.110,00.

Central de ar (7 unidades):

Estimativa de preço R\$ 1.229,00/unidade

=>R\$ 3.687,00

Bebedouro (2 unidades)

Estimativa de preço R\$ 608,00.

Estimativa de custo => R\$ 16.805,00

Locação de prédio para instalação da unidade.

Custo estimado/mês;

=>R\$ 1.300,00

Total: Estimativa de custo/ 1 ano:

=>R\$ 15.600,00

Total: Estimativa de custo/ 12 anos:

=>R\$ 187.200,00

Subtotal:

=>R\$ 187.200,00

Iniciar operação e procedimentos:

Contratar:

Gerente (R\$ 3.000,00/mês)

Técnico administrativo (R\$ 1.800,00/mês)

Contador (R\$ 2.500,00)

Químico (R\$ 2.500,00/mês)

Engenheiro Sanitário/Ambiental (R\$ 2.500,00/mês)

Biólogo (2.500,00/mês)

Estimativa de custo/mês:

=>R\$ 14.800,00

Custo estimado/ano:

=>R\$ 177.600,00

Custo estimado/10 anos:

=>R\$ 2.131.200,00

\*Obs. Custos estimados sem considerar as verbas trabalhistas (13º, adicionado férias, vale alimentação e transporte, INSS etc.), que juntos perfazem um acréscimo entorno de 60,88% ao valor bruto de cada funcionário



**Item 2.1.1.**

Fortalecimento institucional da secretaria para fazer frente a grande demanda:

Custo estimado para fortalecimento:

=>**R\$ 34.729,00**

**Item 2.1.2.**

Instalar o comitê de bacias hidrográficas.

Criar conselho para implementação do comitê de bacias hidrográficas.

Processo de formação do Comitê (duração de dois ou três anos):

Discussão sobre a composição básica refletirá melhor as características de usos e de organização social da região (bacia hidrográfica).

Criar legalmente o Comitê.

Eleição do Presidente e vice-presidente e grupo assessor.

Custo estimado:

=>**R\$ 232.500,00**

Operacionalizar o sistema de comitê de bacias:

Reuniões ordinárias periódicas (mensais ou bimensais, conforme o comitê);

Implementar grupos de trabalho ou comissões que desenvolvem atividades específicas;

Eleição bianual para presidente e vice-presidente.

Gestor – Engenheiro = R\$ 3.000 x 12 meses x 5 anos = R\$ 180.000,00

Técnico= R\$ 1500 X 12 meses x 5 anos = R\$90.000,00

Secretaria = R\$ 1.000 X 12 meses x 5 anos = R\$ 60.000,00

Veiculo= R\$ 120.000,00 carro + 12.000,00 = 132.000,00

Combustível + manutenção = R\$ 87.900,00

Sala equipada para 5 anos (computadores, impressora, aluguel, luz, telefone, água, material escritório) = R\$ 149.800,00

Publicação jornal = R\$ 5.250,00

Cartório = R\$ 7.500,00

Custo estimado

=>**R\$ 712.450,00**

**Item 2.1.3.**

Contratação de consultoria especializada para elaborar o projeto de recuperação da mata ciliar.

80 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 12.000,00**

Operacionalizar o programa.

Custo estimado para operacional programa:

=> 756 horas de trabalho a R\$ 200,00 /hora.

=>**R\$ 151.234,00**

Treinar e capacitar 15 técnicos, curso de 16 horas 1.000/técnico.

=>**R\$ 15.000,00**

Produção de material gráfico na parte de distribuição.

Custo estimado para produção de material didático (panfletos) e distribuição:

=>**R\$ 100.660,00**



Construção de viveiro de mudas.

Estimativa para construção de viveiro de mudas:

=>R\$ 200.000,00

**Aquisição de insumos para produção de 1.000.000 de muda/ano x 5 anos = 5.000.000,00 mudas/ano.**

**Substrato:**

Quantidade necessária por unidade de muda => 60g de substrato.

5.000.000 unidades x 60g = 120.000.000g => 300.000 kg

300.000 kg/25 kg o saco =>12.000sacos

Preço estimado de R\$ 200,00 o saco (**Fonte:** MFRURAL); => R\$ 2.400.000,00

**Adubo (NPK):**

Quantidade necessária por unidade de muda => 3g de adubo (NPK).

5.000.000 unidades x 3g = 15.000.000g =>15.000 kg

15.000 kg/25 kg =>600sacos

Preço de R\$ 90,00 o saco (**Fonte:** MFRURAL); => R\$ 54.000,00

**Tubete**

=> R\$ 0,10/unidade (**Fonte:** CLIKMUDAS).

5.000.000 x 0,10=> R\$ 500.000,00

**Custo total (substrato/Adubo/Tubete)**

=>R\$ 2.954.000,00 para 5 anos

**Distribuição de mudas.**

Custo estimado para distribuição de mudas:

=>1.000.0000 mudas/ano: 12 meses = 83.334 mudas/mês

=>83.334: 3500 mudas/ caminhão = 24 viagens /mês

=> 24 viagens: 1500,00/ viagem = 36.000,00/mês

=>36.000,00 x 12 meses = 432.000,00/ ano

=>432.000,00 x 5 anos =

=> **R\$ 2.160.000,00**

Assistência técnica para produtores:

Assistência técnica por família (R\$ 1.500,00); acompanhamento de 1.538 famílias englobando sede e distritos.

=>R\$ 2.307.000,00

**Palestras e dias de campo:**

Contratação de profissional técnico para realizar palestra e dia de campo.

10 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora;

=> R\$ 1.500,00/evento

Equipe de acessória:

4 profissionais:

10 horas de trabalho a R\$ 20,00/hora = 200 x 4

=>R\$ 800,00/evento

**1 eventos por ano, estimativa de 5 anos;**

5 x R\$ 2.300,00



=>R\$ 11.500,00

**Item 3.1.1.**

Mudança do ponto de captação

Casa de proteção – Material + mão de obra

=>R\$ 10.000,00

Novas tubulações (mangote)

=>R\$ 5.000,00

**Item 3.1.2.**

Aquisição de motor gerador para suprir a falta de energia elétrica

=>R\$ 75.000,00

**Item 3.1.3.**

Realização de manutenção e reparo nos equipamentos

R\$ 4.200,00

**Item 4.1.1.**

Contratação de consultoria especializada realizar o levantamento de população atendida x demanda considerando o crescimento vegetativo pelo horizonte do projeto (20 anos).

116 horas de trabalho a R\$ 130,00/hora.

=>R\$ 15.080,00

**Item 4.1.2.**

Aluguel GPS (L1 e L2) => R\$ 7.000,00/mês => R\$ 30,00 hora

Mão de obra técnica => R\$ 150,00/hora

Mão de obra auxiliar => R\$ 100,00/dia => R\$ 12,50/hora

=> R\$ 192,50/hora

1.000 horas de trabalho a R\$ 192,50/hora.

=>R\$ 192.500,00

**Item 4.1.3.**

Contratação de consultoria especializada para dimensionar a ETA e aquisição da ETA para atender a demanda futura.

=>R\$ 68.400,00 + 600.000,00 aquisição do equipamento

=> 668.400,00

**Item 5.1.1.**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto da rede de distribuição de água  
120 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>R\$ 18.000,00

**Item 5.1.2.**

Custo estimado para setorização de rede de distribuição -1 % de rede de distribuição = Rede  
1.573 metros

Rede de distribuição de água R\$ 217,94/metro (CAERD,2017)

Custo estimado

=>R\$ 1.573 x 217,00

=>342.819,62





**Item 6.1.2**

Custo estimado para análise da qualidade da água:

Análise de água (R\$ 100,00/amostra)

Custo estimado 1035 amostras para a sede, as quais não possuem ligações ativas

=>R\$ 1035 x 100 = 103.500,00/ano

Custo estimado/ 3 anos:

=>**R\$ 103.500,00 x 3**

=>**310.500,00**

**Item 6.1.4**

Elaboração de minuta de lei.

Valor estimado:

=>**R\$ 15.324,00**

**Item 6.1.6**

Modicidade tarifária

Valor estimado:

=>**R\$ 30.826,00**

**Item 7.1.1**

Contratar equipe técnica para levantamento cadastral das ligações domiciliares de água para eventuais adequações.

116 horas de trabalho a R\$ 130,00/hora

=>**R\$ 15.080,00**

**Item 7.1.2**

Dimensionamento, aquisição e instalação do sistema de bombeamento (Booster) considerando a população em final de plano (20 anos), e redundância.

Dimensionamento - 70 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora = R\$ 10.500,00

Aquisição - R\$ 18.000,00

Instalação + material - 10 horas de trabalho durante 10 dias a R\$ 300,00/hora = R\$ 30.000,00

=>**R\$ 58.500,00**

**Item 7.1.3**

Contratar equipe técnica para elaborar projeto de reservatório elevado.

40 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 30.000,00**

**Item 7.1.4**

Construção de reservatório elevado

=>**R\$ 250.000,00**

**Item 8.1.1**

Aquisição de macromedidor para manutenção:

=>**R\$ 33.000,00**

Instalação do macromedidor:

10 horas x 150,00/h técnico

=>**R\$ 1.500,00**

**Item 8.1.2**



Instalação de 100 micromedidor para os 1.573 metros de rede  
100 micromedidor x R\$ 98,00  
=>**R\$ 9.800,00**

**Item 9.1.1.**

Custo estimado para monitoramento da qualidade da água:  
Análise de água (R\$ 100,00/amostra)  
Custo estimado 50 amostras para a sede/por mês  
=>R\$ 50 x 100 = 5.000,00  
Custo estimado/ano:  
=>R\$ 50 x 100 x 12 = 60.000,00  
Custo estimado/20 anos:  
=>R\$ 50 x 100 x 12 x 20 = 1.200.000,00

**Item 10.1.1.**

Contratação de consultoria especializada para elaborar plano de gerenciamento de risco para o sistema de abastecimento de água da sede e distritos  
400 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.  
=>**R\$ 60.000,00**

**Item 10.1.2**

Implantação do plano de gerenciamento de riscos do sistema de abastecimento de água  
=>**R\$ 25.000,00**

**Quadro 2.** Estimativas de custo para o abastecimento de água do Distrito de Nova Esperança.

**Item 1.1.1.**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para ampliar a ETA.  
100 horas de trabalho a R\$ 200,00/hora.  
=>**R\$ 20.000,00**

**Item 1.1.2.**

Executar a obra ampliação da ETA:  
Custo estimado (CAERD, 2017)  
**R\$ 150.000,00**

**Item 1.1.3**

Contratação de consultoria especializada para identificar o local de situação do pré-filtro e compatibilidade com o sistema de bombeamento.  
35 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora  
=>**R\$ 5.250,00**

**Item 1.1.4**

Contratação de consultoria especializada para dimensionar o pré-filtro e a grade de contenção de impurezas.  
65 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora  
=>**R\$ 9.750,00**

Executar pré-filtro e grade de contenção  
234 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora



=>**R\$ 35.100,00**

#### **Item 2.1.1**

Análise dos procedimentos e da qualidade da água.

Custo estimado para análise da qualidade da água:

=>R\$ 100,00/análise

=>R\$ 3 x 100/mês = 300,00/mês

=>R\$ 3.600,00/ano

=>R\$ 72.000,00 (20 anos)

#### **Item 3.1.1**

Aquisição de macromedidor para manutenção:

=>**R\$ 33.000,00**

Instalação do macromedidor:

10 horas x 150,00/h técnico

=>**R\$ 1.500,00**

#### **Item 3.1.2**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para instalação de micromedidores

20 horas de trabalho a R\$ 200,00/hora.

=>**R\$ 2.000,00**

#### **Item 3.1.3**

População do distrito estimada para fim de plano conforme o PRODUTO D = 532 habitantes, equivalente a 177 domicílios.

Instalação de 177 micromedidor a R\$ 98,00

=>**R\$ 17.346,00**

#### **Item 4.1.1**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto da rede de distribuição de água  
100 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 15.000,00**

#### **Item 4.1.2**

Custo estimado para setorização de rede de distribuição

Rede de distribuição de água R\$ 217,94/metro (CAERD,2017)

Rede 1.666 metros

Custo estimado

=>R\$ 1.666 x 217,94

=> **363.088,04**

#### **Item 4.1.3**

Custo estimado para setorização de rede de distribuição

Rede de distribuição de água R\$ 217,94/metro (CAERD,2017)

Rede 1.666 metros

Custo estimado

=>R\$ 1.666 x 217,94



=> **363.088,04**

#### **Item 4.1.4**

Custo estimado para setorização de rede de distribuição  
Rede de distribuição de água R\$ 217,94/metro (CAERD,2017)  
Rede 1.666 metros  
Custo estimado  
=>R\$ 1.666 x 217,94  
=> **363.088,04**

**Quadro 3.** Estimativas de custo para o abastecimento de água do Distrito de Boa Vista do Pacarana.

#### **Item 1.1.1**

Análise dos procedimentos e da qualidade da água.  
Custo estimado para análise da qualidade da água:  
=>R\$ 100,00/análise  
=>R\$ 3 x 100/mês = 300,00/mês  
=>R\$ 3.600,00/ano  
=>R\$ 72.000,00 (20 anos)

#### **Item 2.1.1**

Aquisição de macromedidor para manutenção:  
=>**R\$ 33.000,00**

Instalação do macromedidor:  
10 horas x 150,00/h técnico  
=>**R\$ 1.500,00**

#### **Item 2.1.2**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para instalação de micromedidores  
20 horas de trabalho a R\$ 200,00/hora.  
=>**R\$ 2.000,00**

#### **Item 2.1.3**

População do distrito estimada para fim de plano conforme o PRODUTO D = 1.037 habitantes, equivalente a 346 domicílios.

Instalação de 346 micromedidor a R\$ 98,00  
=>**R\$ 33.908,00**

#### **Item 3.1.1**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto da rede de distribuição de água  
100 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.  
=>**R\$ 15.000,00**

#### **Item 3.1.2**

Custo estimado para setorização de rede de distribuição  
Rede de distribuição de água R\$ 217,94/metro (CAERD,2017)



Rede 3.300 metros  
Custo estimado  
=>R\$ 3.300 x 217,94  
=> **719.202,00**

### **Item 3.1.3**

Custo estimado para setorização de rede de distribuição  
Rede de distribuição de água R\$ 217,94/metro (CAERD,2017)  
Rede 3.300 metros  
Custo estimado  
=>R\$ 3.300 x 217,94  
=> **719.202,00**

### **Item 3.1.4**

Custo estimado para setorização de rede de distribuição  
Rede de distribuição de água R\$ 217,94/metro (CAERD,2017)  
Rede 3.300 metros  
Custo estimado  
=>R\$ 3.300 x 217,94  
=> **719.202,00**



**Quadro 4.** Estimativas de custo para o abastecimento de água do Distrito de Nova Esperança.

**Item 1.1.1**

Análise dos procedimentos e da qualidade da água.

Custo estimado para análise da qualidade da água:

=>R\$ 100,00/análise

=>R\$ 3 x 100/mês = 300,00/mês

=>R\$ 3.600,00/ano

=>R\$ 72.000,00 (20 anos)

**Item 2.1.1**

Construção de represa a montante da captação para suprir período de estiagem

40 horas maquina (retroescavadeira) x 250,00 a hora

=>R\$ 10.000,00

**Item 2.1.2**

Perfuração de poço semi artesiano + bomba

=>R\$ 6.000,00

**Item 3.1.1**

Manutenção instalações

=>R\$ 30.000,00

**Item 3.1.2**

Executar o projeto de amolição do sistema

100 horas x 200,00/h técnico

=>R\$ 20.000,00

**Item 3.1.3**

Executar o projeto ampliação do sistema

=>R\$ 150.000,00 (CAERD)

**Item 4.1.1**

Aquisição de macromedidor para manutenção:

=>R\$ 33.000,00

Instalação do macromedidor:

10 horas x 150,00/h técnico

=>R\$ 1.500,00

**Item 4.1.2**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para instalação de micromedidores

20 horas de trabalho a R\$ 200,00/hora.

=>R\$ 2.000,00

**Item 4.1.3**

População do distrito estimada para fim de plano conforme o PRODUTO D = 184 habitantes, equivalente a 62 domicílios.



Instalação de 62 micromedidor a R\$ 98,00  
=>**R\$ 6.076,00**

**Item 5.1.1**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto da rede de distribuição de água 100 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.  
=>**R\$ 15.000,00**

**Item 5.1.2**

Custo estimado para setorização de rede de distribuição  
Rede de distribuição de água R\$ 217,94/metro (CAERD,2017)  
Rede 1.666 metros  
Custo estimado  
=>R\$ 1.666 x 217,94  
=> **363.088,04**

**Item 5.1.3**

Custo estimado para setorização de rede de distribuição  
Rede de distribuição de água R\$ 217,94/metro (CAERD,2017)  
Rede 1.666 metros  
Custo estimado  
=>R\$ 1.666 x 217,94  
=> **363.088,04**

**Item 5.1.4**

Custo estimado para setorização de rede de distribuição  
Rede de distribuição de água R\$ 217,94/metro (CAERD,2017)  
Rede 1.666 metros  
Custo estimado  
=>R\$ 1.666 x 217,94  
=> **363.088,04**





**Quadro 5.** Estimativas de custo para o esgotamento sanitário do Município de Espigão do Oeste.

**Item 1.1.1**

Elaborar termo de referência

=>R\$ 10.000,00

**Item 1.1.2**

Realizar Audiência Pública, custos estimados com base na realização de eventos semelhantes.

=>R\$ 25.000,00

**Item 1.1.4**

Adequação do projeto de ampliação ao sistema existente.

Custo estimado:

=>R\$ 50.000,00

**Item 1.1.5**

Efetuar as obras de ampliação da ETE (Novo Sistema de tratamento para Bacia 2)

Custo estimado a curto prazo

=>R\$ 1.784.501,43

**Item 1.1.6**

Custo da Concessionaria (Via arrecadação de tarifa de esgoto)

**Item 2.1.1**

Realização de manutenção nas redes coletoras de esgoto sanitário.

Equipe de operação – 4 pessoas x 2.500,00 salários + encargos

10.000,00 x 12 meses = R\$ 120.000,00/ano

120.000 x 20 anos

=>R\$ 2.400.000,00

Custo com retroescavadeira (combustível + manutenção)

15.000,00 x 12 meses = R\$ 180.000,00/ano

180.000,00 x 20 anos

=>R\$ 3.600.000,00

Custo transporte caminhonete – 100 litros x 4 semanas x 3,60 litros= 1.720,00/mês

1720 x 12 meses= R\$ 20.640,00/ano

20.640,00 x 20 anos

=>R\$ 412.800,00

**Item 3.1.1.**

Criação de setor de fiscalização para o SES.

Agente administrativo + 2 fiscais

Salários 1.100,00 + 2x 1.400,00= 3.900,00

3.900,00 x 12 meses x 20 anos

=>R\$ 936.000,00

**Item 3.1.2.**

Construção do sistema de contenção no SES.

800 horas de máquina a R\$ 220,00/hora



=>R\$ 176.000,00

**Item 4.1.1**

Contratação de consultoria especializada para fazer levantamento da quantidade de material e mão de obra necessário para a instalação das fossas sépticas.

100 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>R\$ 15.000,00

**Item 4.1.2**

Projeto disponibilizado pela Embrapa.

**Item 4.1.3**

Implantar fossas na totalidade dos domicílios do distrito.

Custo estimado:

Custo para instalação de uma fossa séptica = 2.000,00

Custo para todos os Distritos = 477 domicílios ao total x 2.000,00

=>R\$ 954.000,00

**Item 4.1.4**

Implantar fossas na totalidade dos domicílios do distrito.

Custo estimado:

Custo para instalação de uma fossa séptica = 2.000,00

Custo para todos os Distritos = 476 domicílios ao total x 2.000,00

=>R\$ 952.000,00

**Item 4.1.5.**

Orientar os usuários quanto a forma de dar manutenção das fossas sépticas biodigestora

Contratação de um técnico especializado para orientar moradores:

Salário Técnico = 3.000,00/mês

Salário Técnico = 39.000,00/ano

Salário Técnico = 780.000,00/20 anos

=>R\$ 780.000,00

**Item 4.1.6.**

Eliminação das fossas negras (lacramento)

Custo estimado:

Custo médio de terra/ cascalho = R\$ 20,00/ m<sup>3</sup>

Considerando que cada fossa precisará em média de 15m<sup>3</sup>

=>R\$ 300,00/ fossa

Custo para 50% = 476 domicílios x 300,00

=>R\$ 142.800,00

**Item 4.1.7.**

Eliminação das fossas negras (lacramento)

Custo estimado:

Custo médio de terra/ cascalho = R\$ 20,00/ m<sup>3</sup>

Considerando que cada fossa precisará em média de 15m<sup>3</sup>

=>R\$ 300,00/ fossa

Custo para 50% = 476 domicílios x 300,00

=>R\$ 142.800,00



**Item 5.1.1.**

Contratação de consultoria especializada para elaborar plano de gerenciamento de risco para o sistema de esgotamento sanitário da sede e distritos

400 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 60.000,00**

**Item 5.1.2.**

Implantação do plano de gerenciamento de riscos do sistema de esgotamento sanitário.

=>**R\$ 30.000,00**



**Quadro 6.** Estimativas de custo para o esgotamento sanitário no Distrito de Nova Esperança.

**Item 1.1.1**

Contratação de consultoria especializada para fazer levantamento da quantidade de material e mão de obra necessário para a instalação das fossas sépticas.

150 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 22.500,00**

**Item 1.1.2**

Projeto disponibilizado pela Embrapa.

**Item 1.1.3**

Implantar fossas na totalidade dos domicílios do distrito.

Custo estimado:

Custo para instalação de uma fossa séptica = 2.000,00

Custo para todos os Distritos = 89 domicílios ao total x 2.000,00

=>**R\$ 178.000,00**

**Item 1.1.4**

Implantar fossas na totalidade dos domicílios do distrito.

Custo estimado:

Custo para instalação de uma fossa séptica = 2.000,00

Custo para todos os Distritos = 88 domicílios ao total x 2.000,00

=>**R\$ 176.000,00**

**Item 1.1.6**

Eliminação das fossas negras (lacramento)

Custo estimado:

Custo médio de terra/ cascalho = R\$ 20,00/ m<sup>3</sup>

Considerando que cada fossa precisará em média de 15m<sup>3</sup>

=>R\$ 300,00/ fossa

Custo para 50% = 89 domicílios x 300,00

=>**R\$ 26.700,00**

**Item 1.1.7**

Eliminação das fossas negras (lacramento)

Custo estimado:

Custo médio de terra/ cascalho = R\$ 20,00/ m<sup>3</sup>

Considerando que cada fossa precisará em média de 15m<sup>3</sup>

=>R\$ 300,00/ fossa

Custo para 50% = 88 domicílios x 300,00

=>**R\$ 26.400,00**



**Quadro 7.** Estimativas de custo para o esgotamento sanitário no Distrito de Boa Vista do Pacarana

**Item 1.1.1**

Contratação de consultoria especializada para fazer levantamento da quantidade de material e mão de obra necessário para a instalação das fossas sépticas.

150 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 22.500,00**

**Item 1.1.2**

Projeto disponibilizado pela Embrapa.

**Item 1.1.3**

Implantar fossas na totalidade dos domicílios do distrito.

Custo estimado:

Custo para instalação de uma fossa séptica = 2.000,00

Custo para todos os Distritos = 173 domicílios ao total x 2.000,00

=>**R\$ 346.000,00**

**Item 1.1.4**

Implantar fossas na totalidade dos domicílios do distrito.

Custo estimado:

Custo para instalação de uma fossa séptica = 2.500,00

Custo para todos os Distritos = 173 domicílios ao total x 2.500,00

=>**R\$ 346.000,00**

**Item 1.1.6**

Eliminação das fossas negras (lacramento)

Custo estimado:

Custo médio de terra/ cascalho = R\$ 20,00/ m<sup>3</sup>

Considerando que cada fossa precisará em média de 15m<sup>3</sup>

=>R\$ 300,00/ fossa

Custo para 50% = 173 domicílios x 300,00

=>**R\$ 51.900,00**

**Item 1.1.7**

Eliminação das fossas negras (lacramento)

Custo estimado:

Custo médio de terra/ cascalho = R\$ 20,00/ m<sup>3</sup>

Considerando que cada fossa precisará em média de 15m<sup>3</sup>

=>R\$ 300,00/ fossa

Custo para 50% = 173 domicílios x 300,00

=>**R\$ 51.900,00**



**Quadro 8.** Estimativas de custo para o esgotamento sanitário no Distrito de Nova Esperança.

**Item 1.1.1**

Contratação de consultoria especializada para fazer levantamento da quantidade de material e mão de obra necessário para a instalação das fossas sépticas.

100 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 15.000,00**

**Item 1.1.2**

Projeto disponibilizado pela Embrapa.

**Item 1.1.3**

Implantar fossas na totalidade dos domicílios do distrito.

Custo estimado:

Custo para instalação de uma fossa séptica = 2.000,00

Custo para todos os Distritos = 31 domicílios ao total x 2.000,00

=>**R\$ 62.000,00**

**Item 1.1.4**

Implantar fossas na totalidade dos domicílios do distrito.

Custo estimado:

Custo para instalação de uma fossa séptica = 2.500,00

Custo para todos os Distritos = 31 domicílios ao total x 2.500,00

=>**R\$ 62.000,00**

**Item 1.1.6**

Eliminação das fossas negras (lacramento)

Custo estimado:

Custo médio de terra/ cascalho = R\$ 20,00/ m<sup>3</sup>

Considerando que cada fossa precisará em média de 15m<sup>3</sup>

=>R\$ 300,00/ fossa

Custo para 50% = 31 domicílios x 300,00

=>**R\$ 9.300,00**

**Item 1.1.7**

Eliminação das fossas negras (lacramento)

Custo estimado:

Custo médio de terra/ cascalho = R\$ 20,00/ m<sup>3</sup>

Considerando que cada fossa precisará em média de 15m<sup>3</sup>

=>R\$ 300,00/ fossa

Custo para 50% = 31 domicílios x 300,00

=>**R\$ 9.300,00**



**Quadro 9.** Estimativas de custo para a drenagem pluvial do Município de Espigão do Oeste.

**Item 1.1.1**

Criar núcleo dentro da secretaria municipal de obras para organiza trabalhos de drenagem urbana:

Contratar técnico = 2.000,00 salários x 13 meses x 4 anos = 104.000,00

Adquirir Motocicleta = 10.000,00

Combustível = 45 abastecidas x 10 litros x R\$ 4,00/litro = 1800,00

Manutenção motocicleta = 4.800,00

Comprar mobiliário e computador, impressora

Mobiliário = 2.000,00

Computador + impressora = 3.000,00+ 1.400,00 = 4.400,00

Custo estimado

=> **R\$ 127.000,00**

**Item 1.1.2**

Contratação de consultoria especializada para levantar e mapear todos os problemas de drenagem urbana nos períodos chuvosos.

950 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**142.500,00**

**Item 1.1.3**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para resolução dos problemas pontuais levantados.

170 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**25.500,00**

**Item 1.1.4**

Contratação de consultoria especializada para integrar a resolução dos problemas sociais com o Plano Diretor de drenagem urbano do município.

70 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 10.500,00**

**Item 1.1.5**

Contratação de consultoria especializada para integrar a resolução dos problemas sociais com o Plano Diretor de drenagem urbano do município.

30 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 4.500,000**

**Item 1.1.6**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto de macro e microdrenagem

1100 horas de trabalho a R\$ 200,00/hora.

=>**220.000,00**

**Item 1.1.7**

Executar projeto de ampliação de microdrenagem para atender toda a sede do município.

Custo de R\$ 1.000,00/família

Estimativa a longo prazo (20 anos) = 11.156 famílias

=>**R\$ 11.156.000,00**

**Item 1.1.8.**





Executar projeto de ampliação de microdrenagem para atender toda a sede do município.  
Custo de R\$ 1.310,00/família  
Estimativa a longo prazo (20 anos) = 11.156 famílias  
=>**R\$ 14.614.360,00**

**Item 2.1.3**

Contratação de consultoria especializada para elaborar plano diretor de drenagem urbana  
500 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.  
=>**75.000,00**

**Item 2.1.4**

Implantar plano diretor  
=>**350.000,00**

**Item 3.1.1.**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto de reconstrução de reassentamento para realocação.  
150 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.  
=>**22.500,00**

**Item 3.1.2**

Executar a realocação das pessoas.  
Custo estimado:  
=>**R\$ 3.262.150,00**

**Item 3.1.3**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para dimensionar extensão, dragagem e retificação de canais.  
356 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.  
=>**R\$ 53.400,00**

**Item 3.1.4**

Implantar o projeto de recuperação do igarapé.  
Custo estimado:  
=>**R\$ 9.907.800,00**

**Item 4.1.1**

**Construção de dispositivos de microdrenagem**  
=>R\$ 5.209/mês x 8 anos  
=>**R\$ 500.000,00**

**Item 4.1.3**

Manutenção nos dispositivos de microdrenagem existentes para 20 anos  
=>R\$ 0.000,00/mês  
=>**R\$ 7.200.000,00**

**Item 5.1.1**

Previsto no Quadro 1 – *Ação 2.1.1.*

**Item 5.1.2**



Previsto no Quadro 1 – **Ação 2.1.2.**

**Item 5.1.4**

Previsto no Quadro 1 – **Ação 2.1.3.**

**Item 6.1.2**

Fortalecimento institucional da secretaria para fazer frente a grande demanda.

Custo estimado para fortalecimento institucional:

=>**R\$ 42.500,00**

**Item 6.1.4**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto de conservação dos solos e microbacia.

80 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 12.000,00**

**Item 6.1.5**

Custo médio para assistência técnica do produtor rural em torno de R\$ 1.692,00/ano.

Existe cerca de 2.234 famílias na área urbana do município de Espigão do Oeste (com base na média nacional de pessoas por família).

=> R\$ 1.692 x 2.234 famílias;

=> R\$ 3.779.928,00/ano

Aquisição de patrulha:

Hilux diesel 2.8L 4x4 SR AT, ou similar => R\$ 112.800,00

2 veículos =>R\$ 225.600,00

Pá Carregadeira

PÁ CARREGADEIRA CASE 721E, ou similar =>R\$ 310.000,00

2 máquinas => R\$ 620.000,00

Trator com grade:

Trator Massey Ferguson MF 4275, ou similar =>R\$ 190.000,00

**Subtotal => R\$ 4.815.528,00**

10.000 horas de trator esteira/ R\$ 220 hora

=>R\$ 2.200.000,00

Contratação de profissional técnico para realizar treinamento de produtores sobre plantio e sistema de terraceamento de encostas.

485 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>R\$ 72.800,00

Assistência técnica para produtores que utilizam esse sistema de plantio e terraceamento:

Assistência técnica por família (R\$ 1.692,00); acompanhamento de 2.000 famílias.

=>R\$ 3.384.000,00

Palestras e dias de campo:

Contratação de profissional técnico para realizar palestra e dia de campo.



10 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora;

=> R\$ 1.500,00/evento

Equipe de acessória:

4 profissionais:

10 horas de trabalho a R\$ 20,00/hora

=>R\$ 800,00/evento

1 eventos por ano, estimativa de 20 anos;

20 x R\$ 2.300,00

=>R\$ 46.000,00

Aquisição de Veículos:

Gol Trendline 1.0; 4 portas completo, ou similar => R\$ 39.990,00

2 veículos => R\$ 79.980,00

Honda NXR Bros 160, ou similar => R\$ 9.950,00

2 motocicletas => R\$ 19,900,00

**Subtotal => R\$ 5.802.680,00**

### **Item 7.1.3**

Contratação de profissional técnico para realizar integração

10 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora;

=> R\$ 7.500,00

### **Item 8.1.1.**

455 horas de trator esteira/ R\$ 220 hora

=>R\$ 100.100,00

### **Item 9.1.1.**

Contratação de consultoria especializada para elaborar plano de gerenciamento de risco para o manejo de águas pluviais urbanas da sede e distritos

400 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>R\$ 50.000,00

### **Item 9.1.2.**

Implantação do plano de gerenciamento de riscos do manejo de águas pluviais urbanas

=>R\$ 20.000,00



**Quadro 10.** Estimativas de custo para a drenagem pluvial do Distrito Nova Esperança

**Item 1.1.1**

Poço de visita R\$ 44.000,00

Bocas de Lobo R\$ 126.000,00

=>**R\$ 170.000,00**

**Item 1.1.3**

Manutenção - Limpeza do sistema

Curto Prazo R\$ 62.000,00

Médio Prazo R\$ 165.000,00

Longo Prazo R\$ 693.000,00

=>**R\$ 920.000,00**

**Item 2.1.1**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto de macro e microdrenagem  
300 horas de trabalho a R\$ 200,00/hora.

=>**60.000,00**

**Item 2.1.2**

Execução de galerias de águas pluviais

=>**R\$ 1.099.000,00**

**Item 2.1.3**

Poço de visita R\$ 55.000,00

Bocas de Lobo R\$ 155.000,00

=>**R\$ 210.000,00**



**Quadro 11.** Estimativas de custo para a drenagem pluvial do Distrito Boa Vista do Pacarana

**Item 1.1.1**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto de macro e microdrenagem  
500 horas de trabalho a R\$ 200,00/hora.

=>**R\$ 100.000,00**

**Item 1.1.2**

Execução de galerias de águas pluviais

=>**R\$ 1.897.000,00**

**Item 1.1.3**

Poço de visita R\$ 131.000,00

Bocas de Lobo R\$ 387.000,00

=>**R\$ 518.000,00**

**Obs.:** Não foi considerado o preço de pavimentação

**Item 1.1.4**

Manutenção - Limpeza do sistema

Curto Prazo R\$ 85.000,00

Médio Prazo R\$ 225.000,00

Longo Prazo R\$ 950.000,00

=>**R\$ 1.260.000,00**



**Quadro 12.** Estimativas de custo para a drenagem pluvial do Novo Paraíso

**Item 1.1.1**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto de macro e microdrenagem  
240 horas de trabalho a R\$ 200,00/hora.

=>**48.000,00**

**Item 1.1.2**

Execução de galerias de águas pluviais

=>**R\$ 730.000,00**

**Item 1.1.3**

Poço de visita R\$ 49.000,00

Bocas de Lobo R\$ 151.000,00

=>**R\$ 200.000,00**

**Item 1.1.4**

Manutenção - Limpeza do sistema

Curto Prazo R\$ 32.000,00

Médio Prazo R\$ 88.000,00

Longo Prazo R\$ 375.000,00

=>**R\$ 495.000,00**



**Tabela 13.** Estimativas de custo para os resíduos sólidos do Município de Espigão do Oeste.

**Item 1.1.1**

Custo de coleta por mês R\$ 400.000,00  
 $40.000,00 \times 12 = 480.000,00/\text{ano}$   
R\$ 480.000,00 x 20 anos  
=>R\$ 9.600.000,00

**Item 2.1.1**

Custo transporte para aterro R\$5,51/km  
Distância do aterro 176 km ida + volta  
Quantidade de transporte por mês = 17  
 $5,51 \times 176 \times 17 \times 36 \text{ meses}$   
=>R\$ 593.493,12

**Item 2.1.2**

Custo para aterro R\$ 133,65/ toneladas  
Quantidade média de resíduo 344 toneladas  
 $133,65 \times 344 \times 36 \text{ meses}$   
=>R\$ 1.655.121,60

**Item 2.1.3**

Adquirir novos caminhões  
Custo estimado:  
=>R\$ 610.000,00

**Item 3.1.1.**

Contratação de consultoria especializada para revisão do PGIRS.  
Aperfeiçoamento das ferramentas de gestão ambiental:  
Educação Ambiental (PEA)  
Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS)  
Custo estimado:  
56 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.  
=> R\$ 8.400,00

**Item 3.1.2.**

Implementação do PGIRS.  
Custo estimado:  
=> R\$ 110.008,00

**Item 3.1.3.**

Identificar e projetar estrutura complementares para gestão de PGIRS.  
Custo estimado a longo prazo (20 anos):  
=>R\$ 304.817,00

**Item 3.1.4**

Adquirir veículos e equipamentos para coleta de resíduos sólidos.  
Custo estimado:  
=>R\$ 2.423.352,00

**Item 4.1.1**





Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para a estação de transbordo e triagem de resíduos sólidos domésticos.

333 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 50.000,00**

#### **Item 4.1.2**

Contratação de equipe técnica especializada para fazer o Licenciamento Ambiental da área:

=>**R\$ 53.482,00**

#### **Item 4.1.3**

Custo estimado para monitoramento ambiental e renovações periódicas das licenças ambientais (20 anos).

Contratar consultoria especializada para o Licenciamento Ambiental.

Custo estimado com estudos:

=>**R\$ 320.400,00**

#### **Item 4.1.4**

Baias para o armazenamento temporário de resíduos sólidos segregados;

=>**R\$ 130.000,00**

Área destinada ao manejo e tratamento de Resíduos da Construção Civil, com divisórias, peneira, retroescavadeira;

=>**R\$ 200.000,00**

Pátio de galhos e folhas com local para maturação com local para empilhamento de madeira e 1 motosserra;

=>**R\$ 95.000,00**

Galpão de transbordo;

=>**R\$ 250.000,00**

Galpão de triagem;

=>**R\$ 230.000,00**

Baias para RSE;

=>**R\$ 90.000,00**

Galpão de compostagem coberto;

=>**R\$ 110.000,00**

Estrutura de apoio administrativo.

=>**R\$ 100.000,00**

=>**R\$ 1.205.000,00**

#### **Item 4.1.5**

Realizar triagem obrigatória de lixo na estação transbordo.

Custo estimado a longo prazo:

=>**R\$ 3.151.200,00**

#### **Item 5.1.2**



Contratação de técnico especializado para treinamento dos funcionários:  
152 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora  
=>**R\$ 22.800,00**

**Item 5.1.3.**

Formalizar a associação/cooperativa.  
Custo estimado.  
=>**R\$ 5.894,00**

Elaborar edital/termo de referência, contrata de consultoria especializada para elaborar edital/termo de referência.  
20 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.  
=>**R\$ 3.000,00**

**Item 5.1.4**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para construção da unidade de apoio de associação/cooperativa.  
45 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.  
=>**R\$ 6.750,00**

**Item 5.1.5**

Custo estimado.  
=>**R\$ 100.000,00**

**Item 6.1.2**

Capacitar os funcionários para melhor operar o serviço:  
Contratação de técnico especializado para capacitar os funcionários para melhor operar o serviço.  
312 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora  
=>**R\$ 46.800,00**

**Item 6.1.3**

Identificar necessidade de equipamento para auxiliar a operação:  
Custo estimado:  
=>**R\$ 5.614,00**

**Item 6.1.4**

Aquisição de máquinas para operar:  
Custo estimado para aquisição de máquinas:  
=>**R\$ 1.513.926,00**

**Item 6.1.5**

Local para implantação de pátio de armazenamento  
=>**R\$ 120.000,00**

**Item 6.1.6**

Contratação de equipe técnica especializada para fazer o Licenciamento Ambiental da área:  
=>**R\$ 53.482,00**  
Custo estimado para monitoramento ambiental e renovações periódicas das licenças ambientais (20 anos).



Contratar consultoria especializada para o Licenciamento Ambiental.

Custo estimado com estudos:

=>**R\$ 320.400,00**

**Item 6.1.7**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para pátio de armazenamento 75 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 11.250,00**

**Item 6.1.8**

Construção pátio de armazenamento

=>**R\$ 70.000,00**

**Item 7.1.1**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para PEV'S

80 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 12.000,00**

**Item 7.2.2**

Implantar 2 PEV-Ecoponto e 1 PEV Central/ATT:

1 PEV-Ecoponto (R\$ 180.000,00)

1 PEV Central/ATT (item 4.1.4)

=>**R\$ 180.000,00**

**Item 8.1.1**

Custo mensal com empresa terceirizada R\$ 50.000,00

=>**R\$ 50.000,00 x 12 meses = 600.000,00**

R\$ 600.000,00 x 20 anos

=>**12.000.000,00**

**Item 10.1.1**

Contratação de consultoria especializada para elaborar plano de gerenciamento de risco para o manejo de águas pluviais urbanas da sede e distritos

400 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 65.000,00**

**Item 10.1.2**

Implantação do plano de gerenciamento de riscos do manejo de águas pluviais urbanas

=>**R\$ 30.000,00**



**Quadro14.** Estimativas de custo para os resíduos sólidos do Distrito Nova Esperança

**Item 1.1.1**

Contratar funcionários:

2 funcionários (R\$ 2.000,00/mês) + 1 motorista (R\$ 1.200,00/mês)

R\$ 3.200,00 x 12 meses) = R\$ 38.400,00/ano

R\$ 38.400,00 x 20 anos

=>**R\$ 768.000,00**

\*Obs. Custos estimados sem considerar as verbas trabalhistas (13º, adicionado férias, vale alimentação e transporte, INSS etc.), que juntos perfazem um acréscimo entorno de 60,88% ao valor bruto de cada funcionário

**Item 1.1.2**

Custo transporte para sede R\$4,50/km

Distância da sede 30 km ida + volta

Quantidade de transporte por mês = 9

4,50 x 30 x 9 x 240 meses

=>**R\$ 291.600,00**



**Quadro15.** Estimativas de custo para os resíduos sólidos do Distrito Boa Vista do Pacarana

**Item 1.1.1**

Contratação de consultoria especializada para realizar o Licenciamento Ambiental.

Custo estimado:

=>**R\$ 30.000,00**

Contratação de consultoria especializada para elaborar projeto para AST Simplificado.

356 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 53.400,00**

Contratação de consultoria especializada para elaborar termo de referência para contratação de empresa.

90 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 13.500,00**

**Item 1.1.2**

Construção de aterro

=>**R\$ 1.500.000,00**

**Item 1.1.3.**

Contratar funcionários:

2 funcionários (R\$ 1.800,00/mês)

2 (funcionários) x 12 (meses) x 20 (anos) x R\$ 1.800,00

=>**R\$ 864.000,00**

\*Obs. Custos estimados sem considerar as verbas trabalhistas (13º, adicionado férias, vale alimentação e transporte, INSS etc.), que juntos perfazem um acréscimo entorno de 60,88% ao valor bruto de cada funcionário

=>**R\$ 864.000,00**

Treinar funcionários:

Contratação de técnico especializado para treinamento dos funcionários:

150 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 22.500,00**

Operacionalizar a coleta de lixo.

Custo estimado:

=>**R\$ 304.611,84**



**Quadro16.** Estimativas de custo para os resíduos sólidos do Distrito Novo Paraíso

**Item 1.1.2**

Custo transporte para sede R\$4,50/km

Distância da sede 40 km ida + volta

Quantidade de transporte por mês = 9

$4,50 \times 40 \times 9 \times 240$  meses

=>**R\$ 388.800,00**



**Quadro17.** Estimativas de custo para programas, projetos e ações de saúde e meio ambiente

**Item 1.1.**

Elaborar programa de educação ambiental.

2.000 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 30.000,00**

Ação de educação ambiental para esclarecimento das vantagens sanitárias do consumo de água potável.

Palestras em campo:

Contratação de técnico especializado para realizar palestra em campo:

100 horas de trabalho a R\$ 150,000/hora

=> R\$ 15.000,00

Elaboração de material didático para divulgação:

8.000 cartilhas a R\$ 2,00

=>R\$ 16.000,00

=> **R\$ 31.000,00/evento**

**Item 1.2.**

Realizar campanhas para conscientizar a população quanto ao desperdício de água(Consumo consciente)

Treinamento instrutores (32h x 120,00 = 3.840,00) +100% impostos = 7.680,00

Criar material gráfico (3.000,00 x 4 eventos) = 12.000,00

Produção de material gráfico (100.000,00 x 4 eventos) = 400.000,00

Realização de palestras (5.000 mobilizações + 1.500,00 instrutor = 6.500,00) x 28palestras (4 eventos x 7 lugares) = 182.000,00

=>**R\$ 601.680,00**

**Item 1.3.**

Ação de educação ambiental para preservação da água e recursos hídricos.

Palestras em campo:

Contratação de técnico especializado para realizar palestra em campo:

100 horas de trabalho a R\$ 150,000/hora

=> R\$ 15.000,00

Elaboração de material didático para divulgação:

8.000 cartilhas a R\$ 2,00

=>R\$ 16.000,00

=> R\$ 31.000,00/evento

(4 eventos x 7 lugares)

=> **868.000,00**

**Item 2.1.**

Ação de educação ambiental para esclarecimento quanto a importância de fazer o uso de condições sanitárias adequadas

Palestras em campo:

Contratação de técnico especializado para realizar palestra em campo:

100 horas de trabalho a R\$ 150,000/hora

=> R\$ 15.000,00

Elaboração de material didático para divulgação:

8.000 cartilhas a R\$ 2,00



=>R\$ 16.000,00  
=> R\$ 31.000,00/evento  
(4 eventos x 7 lugares)  
=> **868.000,00**

Estimular comunidades e associações de bairros ações de divulgação sobre saneamento básico.

Estimativa de custo:  
=>**R\$ 241.332,00**

### **Item 2.2.**

Elaborar programa de educação ambiental.  
2.000 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.  
=>**R\$ 30.000,00**

Ação de educação ambiental para esclarecimento das vantagens sanitárias do consumo de água potável.

Palestras em campo:

Contratação de técnico especializado para realizar palestra em campo:

100 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora

=> R\$ 15.000,00

Elaboração de material didático para divulgação:

8.000 cartilhas a R\$ 2,00

=>R\$ 16.000,00

=> **R\$ 31.000,00/evento**

### **Item 3.1.**

Elaborar programa de educação ambiental.

2.000 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 30.000,00**

Realizar campanhas para conscientizar a população quanto ao descarte correto dos resíduos afim de evitar entupimento nos dispositivos de drenagem urbana.

Treinamento instrutores (32h x 120,00 = 3.840,00) +100% impostos = 7.680,00

Criar material gráfico (3.000,00 x 4 eventos) = 12.000,00

Produção de material gráfico (100.000,00 x 4 eventos) = 400.000,00

Realização de palestras (5.000 mobilizações + 1.500,00 instrutor = 6.500,00) x 28palestras (4 eventos x 7 lugares) = 182.000,00

=>**R\$ 601.680,00**

### **Item 4.1.**

Ação de educação ambiental para sensibilização coletiva visando a importância da coleta seletiva

Treinamento instrutores (32h x 120,00 = 3.840,00) +100% impostos = 7.680,00

Criar material gráfico (3.000,00 x 4 eventos) = 12.000,00

Produção de material gráfico (100.000,00 x 4 eventos) = 400.000,00

Realização de palestras (5.000 mobilizações + 1.500,00 instrutor = 6.500,00) x 28palestras (4 eventos x 7 lugares) = 182.000,00

=>**R\$ 601.680,00**





**Item 4.2.**

Ação de educação ambiental para combater a produção exagerada de produção de resíduos sólidos visando a importância da reciclagem.

Treinamento instrutores (32h x 120,00 = 3.840,00) +100% impostos = 7.680,00

Criar material gráfico (3.000,00 x 4 eventos) = 12.000,00

Produção de material gráfico (100.000,00 x 4 eventos) = 400.000,00

Realização de palestras (5.000 mobilizações + 1.500,00 instrutor = 6.500,00) x 28palestras (4 eventos x 7 lugares) = 182.000,00

=>**R\$ 601.680,00**

**Item 4.3.**

Elaborar programa de educação ambiental.

2.000 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora.

=>**R\$ 30.000,00**

Ação de educação ambiental para esclarecimento das vantagens sanitárias do consumo de água potável.

Palestras em campo:

Contratação de técnico especializado para realizar palestra em campo:

100 horas de trabalho a R\$ 150,00/hora

=> R\$ 15.000,00

Elaboração de material didático para divulgação:

8.000 cartilhas a R\$ 2,00

=>R\$ 16.000,00

=> **R\$ 31.000,00/evento**



**APÊNDICE IV - TABELAS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO  
PARA AUXÍLIO À TOMADA DE DECISÃO**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

Ano	População		ABASTECIMENTO DE ÁGUA											
	População		População Atendida		Qualidade									
	Urbana	Total	Populaã o Urbana atendida com abastec. de água	População Total atendida com abastec. de água	Qnt. Amostras Analisadas	Qnt. Mínima de Amostras Obrigatórias	Qnt. Amostras Fora do Padrão	Qnt. Amostras Analisadas (distribuição)	Qnt. Mínima de Amostras Obrigatórias (distribuição)	Qnt. Amostras Fora do Padrão (distribuição)	Quant. Amostras para cloro residual fora do padrão	Quant. Amostras para cloro residual (analisadas)	Quant. mínima de amostras para cloro residual (obrigatórias)	Quant. amostras para turbidez fora do padrão
	Va2	Va4	Va1	Va3	Va10	Va11	Va12	Va14	Va15	Va16	Va17	Va18	Va19	Va20
Ano	habitantes	habitantes	habitantes	habitantes	amostras	amostras	amostras	amostras	amostras	amostras	amostras	amostras	amostras	amostras
2018	1000	2000	20	30	50	50	80	50	50	80	70	80	50	30
2019														
2020														
2021														



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

Qualidade					Operacionais									
Quant. amostras para turbidez (analisadas)	Quant. mínima de amostras para turbidez (obrigatórias)	Quant. de amostras para coliformes totais com resultados fora do padrão	Quant. amostras para coliformes totais (analisadas)	Quant. mínima de amostras para coliformes totais (obrigatórias)	Extensão da rede de água	Quant. ligações totais de água	Quant. ligações ativas de água micromedidas	Quant. ligações ativas de água	Volume de água produzido	Volume de água consumido	Volume de água macromediado	Volume de água micromediado	Volume de Lodo Tratado	Volume de Lodo Produzido na ETA
Va21	Va22	Va23	Va24	Va25	Va26	Va27	Va28	Va29	Va30	Va31	Va32	Va33	Va70	Va71
amostras	amostras	amostras	amostras	amostras	km	ligações	ligações	ligações	1000m³	1000m³	1000m³	1000m³	1000m³	1000m³
50	50	20	30	40										

ESOTAMENTO SANITÁRIO					
População Atendida		Volumes		Operacionais	
População Urbana atendida com esgotamento sanitario	População Total atendida com esgotamento sanitario	Volume Coletado	Volume Tratado	Extensão da rede de esgoto	Quantidade de ligações totais de esgoto
Va5	Va6	Va36	Va37	Va34	Va35
habitantes	habitantes	1.000 m³	1.000 m³	km	ligações
20	30				



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS													
População Atendida				Massa de Resíduos e Recicláveis Coletados									
População Urbana atendida com manejo de resíduos sólidos	População Total atendida com manejo de resíduos sólidos	População urbana atendida pelo serviço de coleta domiciliar direta, ou seja, porta-a-porta	População urbana do município atendida com a coleta seletiva do tipo porta-a-porta	Coleta Seletiva c/ apoio da Prefeitura Municipal	RDO Coletado por Ag. Público	RDO Coletado por Ag. Privado	RDO Coletado por Outros	Quantidade de RDO e RPU coletada pelo agente público	Quantidade de RDO e RPU coletada pelos agentes privados	Quantidade de RDO e RPU coletada por outros agentes executores	Qtd. Total de recicláveis (exceto matéria orgânica) recolhida	RSS	RCC Coletado pela Prefeitura
Va8	Va9	Va42	Va43	Va49	Va50	Va51	Va52	Va45	Va46	Va47	Va48	Va53	Va59
habitantes	habitantes	habitantes	habitantes	tonelada	tonelada	tonelada	tonelada	tonelada	tonelada	tonelada	tonelada	tonelada	tonelada
10	20												

MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS							
Massa Reciclada Recuperada	Varição	Empregados Resíduos Sólidos					
Total de Recicláveis Recuperados	Extensão total de vias de sargetas Varridas	Quant. varredores dos agentes públicos, alocados no serviço de varrição	Quant. varredores de agentes privados, alocados no serviço de varrição	Quant. trabalhadores de agentes públicos envolvidos nos serviços de manejo de RSU	Quant. trabalhadores de agentes privados envolvidos nos serviços de manejo de RSU	Quant. empregados dos agentes públicos envolvidos com os serviços de capina e roçada	Quant. empregados dos agentes privados envolvidos com os serviços de capina e roçada
Va44	Va69	Va53	Va54	Va55	Va56	Va57	Va58
tonelada	km	empreg.	empreg.	empreg.	empreg.	empreg.	empreg.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

ÁGUAS PLUVIAIS							
População Atendida	Operacionais				Empregados Drenagem e Manejo de Águas Pluviárias		
População urbana atendida com coleta de águas pluviais	Extensão total de vias públicas urbanas c/ redes ou canais de águas pluviais subterr.	Extensão total de vias públicas urbanas do município	Extensão total de vias públicas urbanas c/ pavimento e meio-fio	Quantidade de bocas de lobo existentes no município	Quant. pessoal próprio alocado nos serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas	Quant. total de pessoas alocadas nos serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas	Quant. pessoal terceirizado alocado nos serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas
Va7	Va38	Va39	Va40	Va41	Va60	Va61	Va62
habitantes	km	km	km	unidade	empreg.	empreg.	empreg.
300							

FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO								PLANEJAMENTO							
Despesas						Investimento									
Despesa total com serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas	Despesa Total Corrente Prefeitura Municipal	Despesa dos agentes públicos executores de serviços de manejo de RSU	Despesa com agentes privados executores de serviços de manejo de RSU	Despesa dos agentes públicos com o serviço de varrição	Despesa com empresas contratadas para o serviço de varrição	Investimento em R\$ - liquidado no prazo em análise	Investimento em R\$ - previsto no prazo em análise	Projetos e Ações do PMSB executados no período imediato	Projetos e Ações do PMSB programados para o período imediato	Projetos e Ações do PMSB executados em curto prazo	Projetos e Ações do PMSB programados para curto prazo	Projetos e Ações do PMSB executados em médio prazo	Projetos e Ações do PMSB programados para médio prazo	Projetos e Ações do PMSB executados em longo prazo	Projetos e Ações do PMSB programados para longo prazo
Va63	Va64	Va65	Va66	Va67	Va68	Va72	Va73	Va74	Va75	Va76	Va77	Va78	Va79	Va80	Va81
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	ações	ações	ações	ações	ações	ações	ações	ações
						20,00	50,00	1	2	3	4	5	6	7	8



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

USB - UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO							FQA - FREQUÊNCIA DE ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA											
ÍNDICE DE ATENDIMENTO							ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA											
USB 1 – Índice de atendimento urbano de água	USB 2 – Índice de atendimento total de água	USB 3 – Índice de atendimento urbano de esgoto sanitário	USB 4 – Índice de atendimento total de esgoto	USB 5 – Índice de atendimento urbano de coleta de águas pluviais	USB 6 – Índice de atendimento urbano de coleta de resíduos sólidos	USB 7 – Índice de atendimento total de resíduos sólidos	FQA 1 – Índice de conformidade da quantidade e de amostras para aferição da	FQA 2 – Índice de análises fora do padrão para aferição da qualidade da água	FQA 3 – Índice de conformidade da quantidade e de amostras para aferição da	FQA 4 – Incidência das análises de aferição da qualidade da água distribuída fora do	QAD 1 – Incidência das análises de cloro residual fora do padrão	QAD 2 – Índice de conformidade da quantidade e de amostras - cloro residual	QAD 3 – Incidência das análises de turbidez fora do padrão	QAD 4 – Índice de conformidade da quantidade e de amostras - turbidez	QAD 5 – Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão	QAD 6 – Índice de conformidade da quantidade e de amostras - coliformes totais		
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%		
2,00	1,50	2,00	1,50	30,00	1,00	1,00	100,00	160,00	100,00	160,00	87,50	160,00	60,00	100,00	66,67	75,00		
EPF - EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS FINALÍSTICOS																		
EPF 1 – Extensão da rede de água por ligação	EPF 2 – Índice de Hidrometração	EPF 3 – Índice de Perdas no sistema	EPF 4 – Índice de macromedicação	EPF 5 – Índice de micromedicação relativo ao consumo	EPF 6 – Extensão da rede de esgoto por ligação	EPF 7 – Índice de coleta de esgoto	EPF 8 – Índice de tratamento de esgoto	EPF 9 – Taxa de cobertura do sistema de macrodrenagem na área urbana do município	EPF 10 – Taxa de cobertura de pavimentação e meio-fio na área urbana do município.	EPF 11 – Número de bocas de lobo por extensão de galerias.	EPF 12 – Taxa de cobertura do serviço de coleta domiciliar direta (porta-a-porta) da população urbana do município	EPF 13 – Taxa de cobertura do serviço de coleta seletiva porta-a-porta em relação a população urbana do município	EPF 14 – Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação a quantidade e total (RDO +RPU) coletada	EPF 15 – Taxa de material recolhido pela coleta seletiva (exceto matéria orgânica) em relação a quantidade e total coletada de resíduos sólidos domésticos	EPF 16 – Taxa de RSS coletada em relação a quantidade e total coletada de RDO	EPF 17 - Incidência de varredores no total de empregados no manejo de RSU	EPF 18 - Incidência de capinadores no total de empregados no manejo de RSU	EPF 19 - Taxa de resíduos sólidos da construção civil (RCC) coletada pela prefeitura em relação a quantidade e total coletada
m/lig.	%	%	%	%	m/lig.	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

INDICADOR FINANCEIRO							RSA - INDICADOR DE RESPONSABILIDADE E SOCIOAMBIENTAL		IIFS - INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA FÍSICA E DOS SERVIÇOS	EASB - EVOLUÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO			
DSM - DESPESAS COM OS SERVIÇOS DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (DSM)													
DSM 1 – Participação do pessoal próprio sobre o total de pessoal alocado nos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais	DSM 2 – Participação do pessoal terceirizado sobre o total de pessoal alocado nos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais	DSM 3 – Participação da despesa total dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas na despesa total do município.	DSM 4 – Taxa de empregados em relação a população urbana.	DSM 5 – Despesa média por empregado alocado nos serviços de manejo de RSU.	DSM 6 – Custo unitário médio do serviço de varrição (prefeitura + empresas contratadas)	DSM 7 – Incidência do custo do serviço de varrição no custo total com manejo de RSU	RSA 1 – Índice de tratamento do resíduo gerado no processo de tratamento da água	RSA 2 – Índice de tratamento do resíduo gerado no processo de tratamento de esgoto	IIFS 1 – Taxa de execução do orçamento previsto no PMSB por prazos	EASB 1 – Índice de Execução do PMSB - Prazo Imediato	EASB 2 – Índice de Execução do PMSB - Curto Prazo	EASB 3 – Índice de Execução do PMSB - Médio Prazo	EASB 4 – Índice de Execução do PMSB - Longo Prazo
%	%	%	%	%	R\$/km	%	%	%	%	%	%	%	%
									40,00	50,00	75,00	83,33	87,50





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

**APÊNDICE V – RELATÓRIOS MENSIS DAS CONFERÊNCIAS E EVENTOS  
SETORIAIS**



## 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL

### RELATÓRIO MENSAL SIMPLIFICADO DO ANDAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DO PMSB DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE

**Município:** Espigão do Oeste

**Referência:** Mês agosto de 2014

**Objeto:** Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB

**Contratada:** Marcelo Henrique Sales Machado – ME

**CNPJ nº:** 10.726.497/0001-83

**Contrato nº:** 028/2014

#### 1. APRESENTAÇÃO

Esse relatório mensal tem como objetivo apresentar a FUNASA as principais atividades desenvolvidas no mês de agosto/2014, pela empresa MARCELO HENRIQUE SALES MACHADO – ME, CNPJ nº 10.726.497/0001-83, contratada para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Espigão do Oeste, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007 e pelo Comitê de Execução, trazendo informações sobre as atividades ocorridas e também sobre encaminhamentos para ações futuras.

A apresentação dessas ações em forma de relatório também busca subsidiar as tomadas de decisão da administração, possibilitando aos gestores ter acesso a todas as informações e sobre o andamento do referido plano.

#### 2. ATIVIDADES REALIZADAS PELA CONSULTORIA CONTRATADA

- No dia 12 de agosto de 2014 foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico, na Câmara Municipal do Município de Espigão do Oeste, esta conferência serviu para a divulgação e apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico.
- No dia 25/08/2014, às 19:00 horas, foi realizada a 1ª Reunião Setorial no Barracão da Igreja de São José no Município de Espigão do Oeste conforme a divisão territorial prevista no Termo de Referência do PMSB de Espigão do Oeste, onde contempla os seguintes bairros: Bairro São José; Bairro Morada do Sol; Bairro Novo Horizonte. Nesta reunião foram aplicados os Questionários do PMSB de Espigão do Oeste.



- No dia 26/08/2014, às 19:00 horas, foi realizada a 1º Reunião Setorial na Escola Municipal Maria de Saneti no Município de Espigão do Oeste, conforme a divisão territorial prevista no Termo de Referência do PMSB de Espigão do Oeste, onde contempla os seguintes bairros: Bairro Caixa D'Água; Bairro Liberdade; Bairro Cidade Alta. Nesta reunião foram aplicados os Questionários do PMSB de Espigão do Oeste.
- No dia 27/08/2014, às 19:00 horas, foi realizada a 1º Reunião Setorial na Escola Jerris Adriani Furatti no Município de Espigão do Oeste, conforme a divisão territorial prevista no Termo de Referência do PMSB de Espigão do Oeste, onde contempla os seguintes bairros: Centro; Bairro Vista Alegre; Bairro Jorge Teixeira. Nesta reunião foram aplicados os Questionários do PMSB de Espigão do Oeste.
- No dia 30/08/2014, às 09:00 horas, foi realizada a 1º Reunião Setorial no Centro do Idoso no Município de Espigão do Oeste, conforme a divisão territorial prevista no Termo de Referência do PMSB de Espigão do Oeste, onde contempla o distrito Nuar Nova Esperança. Nesta reunião foram aplicados os Questionários do PMSB de Espigão do Oeste.
- No dia 30/08/2014, às 15:00 horas, foi realizada a 1º Reunião Setorial na Escola Municipal Brás Cubas no Município de Espigão do Oeste, conforme a divisão territorial prevista no Termo de Referência do PMSB de Espigão do Oeste, onde contempla o distrito de Pacarana Nuar Nova Esperança. Nesta reunião foram aplicados os Questionários do PMSB de Espigão do Oeste.
- No dia 31/08/2014, às 19:00 horas foi realizada a 1º Reunião Setorial na Escola Tranquedo Neves no Município de Espigão do Oeste, conforme a divisão territorial prevista no Termo de Referência do PMSB de Espigão do Oeste, onde contempla o distrito de Boa Vista do Pacarana. Nesta reunião foram aplicados os Questionários do PMSB de Espigão do Oeste.

Estas reuniões setoriais, estavam previstas para o segundo mês do projeto conforme discriminada no produto C, para apresentação e esclarecimento quanto à importância e objetivos do Plano Municipal de Saneamento Básico, além de antecipar o levantamento de campo que possibilitar o diagnóstico técnico-participativo.



- No dia 11 de agosto de 2014, foi encaminhado para a análise do Comitê de Coordenação o Plano de Mobilização Social de Espigão do Oeste, Produto B do PMSB, que, após analisar e sugerir alterações no referido documentos, aprovou o mesmo.

### 3. PENDÊNCIAS E ENCAMINHAMENTOS

Nesta fase não houve pendência. A empresa contratada e o poder público deram início a realização da formação dos comitês de execução e coordenação, que serão responsáveis respectivamente por analisar e aprovar os produtos propostos pela empresa contratada, assim como tomar todas as medidas gerenciais e administrativas necessárias ao andamento dos trabalhos, bem como participar da formação e coordenações dos grupos de trabalhos seguindo as etapas de mobilização social; diagnóstico Técnico-Participativo; Prospectiva e Planejamento Estratégico; Programa, Projetos e Ações para alcance do Cenário de Referência; Plano de Execução; e Avaliação do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Espigão do Oeste discutir e avaliar sempre que necessário e, não ultrapassando um período de dois meses, o trabalho produzido pelo comitê executivo; criticar e sugerir alternativas, auxiliando o trabalho do comitê executivo na elaboração do Plano, e avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, buscando promover as ações integradas de saneamento.

### 4. EXECUÇÃO DOS PRODUTOS

Ao início dos trabalhos e através do andamento, foi obtido o Produto B – Plano de Mobilização Social, os materiais informativos que serão foram utilizados na 1º Conferência Municipal de Saneamento Básico realizado no dia 12/08/2014 e as Reuniões Setoriais realizadas nos dias 25,26,27,30 e 31 de agosto de 2014.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sintonia técnica entre a consultoria contratada, o Município e o NICT da FUNASA, constitui o bom desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Com o andamento dos produtos elaborados e apresentados, considera-se que o desenvolvimento dos trabalhos está ocorrendo dentro das expectativas tanto do Município quanto da consultoria contratada. Desta maneira, a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Espigão do Oeste está dentro da normalidade.



**1º EVENTO SETORIAL**



Setor 01 – Zona Rural



Setor 02 – Zona Urbana



Setor 03 – Zona Urbana



Setor 04 – Zona Rural



Setor 05 – Zona Rural



Setor 06 – Zona Rural





**1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL**



Autoridades e convidados.



Detalhes da cerimônia de abertura do evento.



Pronunciamento do Prefeito municipal na cerimônia de abertura do evento.



Técnico da E.C.P proferindo a palestra.



Participantes do evento.